Sexta-feira, 5 de junho de 2026 **I Série — Número 100**

DIÁRIO
da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE JUNHO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Cláudia Sofia Sebastião Estevão

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Em declaração política, o Deputado Paulo Núncio (CDS-PP) caracterizou a greve convocada para o dia de hoje e sublinhou que o País precisa de uma reforma laboral. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Isabel Mendes Lopes (L), Margarida Afonso (PS), Hugo Soares (PSD), Fabian Figueiredo (BE) e Rodrigo Saraiva (IL).

Em declaração política, a Deputada Andreia Neto (PSD) abordou o tema da simplificação dos apoios sociais, passando a existir uma prestação social única. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimentos dos Deputados Miguel Cabrita (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Patrícia Gonçalves (L), Mariana Leitão (IL), Filipe Sousa (JPP), André Ventura (CH) e Inês de Sousa Real (PAN).

Em declaração política, o Deputado Paulo Seco (CH) criticou os impostos em geral, a precariedade no trabalho, a greve e o pacote laboral. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Isabel Mendes Lopes (L), Fabian Figueiredo (BE), Mário Amorim Lopes (IL), Carla Barros (PSD) e Dália Miranda (PS).

Em declaração política, a Deputada Sofia Pereira (PS) relacionou a reforma laboral e os problemas na habitação como duas faces do problema na origem da greve geral.

Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Eliseu Neves (CH), Patrícia Gonçalves (L), Angélique Da Teresa (IL) e Alexandre Poço (PSD).

Em declaração política, o Deputado Jorge Miguel Teixeira (IL) questionou, a propósito da greve geral e do papel das centrais sindicais, «quem fala hoje pelos trabalhadores portugueses», tendo, no final, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados Rodrigo Alves Taxa (CH), Ana Bernardo (PS), Filipa Pinto (L) e Francisco José Martins (PSD).

Em declaração política, a Deputada Isabel Mendes Lopes (L) salientou a adesão expressiva à greve convocada para hoje e condenou o Governo por ter agendado à pressa uma proposta de alteração ao Código do Trabalho. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados Helga Correia (PSD), Patrícia Faro (PS), Pedro Pinto (CH) e Miguel Rangel (IL).

Em declaração política, a Deputada Paula Santos (PCP) abordou a questão da greve geral a decorrer, falando dos seus impactos. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Joaquim Barbosa (PSD), Rodrigo Saraiva (IL), Carlos Pereira (PS), Marcus Santos (CH) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado Fabian Figueiredo (BE) condenou o Governo pela não aplicação da taxa sobre os lucros extraordinários das empresas de energia, tendo-se igualmente referido à inflação, ao pacote laboral e à greve. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados Eduardo Teixeira (CH), Rui Tavares (L), Miguel Matos (PS), Rodrigo Saraiva (IL).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 593/XVI/1.ª (PS) — De pesar pelo falecimento de Manuel Carrilho Bugalho, cuja parte deliberativa foi aprovada (*a*). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 601/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito pelos Deputados do PSD, do CDS-PP e do CH) — De congratulação pela eleição de Portugal para membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (biénio 2027-2028), cuja parte deliberativa foi aprovada (*a*).

Foi rejeitado o Inquérito Parlamentar n.º 7/XVII/1.ª (CH) — Comissão eventual de inquérito parlamentar para avaliação da intervenção e eventual responsabilidade de membros do XXIII Governo Constitucional e de outros titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos, com referência aos factos investigados no âmbito da Operação *Influencer*.

Foram rejeitados os Inquéritos Parlamentares n.ºs 8/XVII/1.ª (PCP) — Inquérito parlamentar à decisão do Governo português de se envolver na agressão militar dos EUA e Israel ao Irão, com as suas consequências e 9/XVII/1.ª (BE) — Inquérito parlamentar à cedência de utilização da Base Aérea n.º 4 das Lajes e do espaço aéreo nacional, no apoio logístico à operação militar conduzida pelos Estados Unidos da América e por Israel contra o Irão.

Procedeu-se à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 69/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a criar Processo Especial de Venda de Coisa Imóvel Indivisa e a alterar o Código Civil e o Código de Processo Civil, que foi aprovada; do Projeto de Lei n.º 625/XVII/1.ª (L) — Alarga a competência dos julgados de paz aos processos de partilha em caso de herança indivisa, que foi rejeitado; e do Projeto de Lei n.º 631/XVII/1.ª (IL) — Estabelece a possibilidade de definição do cabeça-de-casal por maioria das partes de herança, que foi aprovado.

Na generalidade, foi aprovada a Proposta de Lei n.º 78/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a rever o Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, que estabelece o regime aplicável às contraordenações aeronáuticas civis e rejeitado o Projeto de Lei n.º 626/XVII/1.ª (L) — Agrava as coimas aplicáveis às contraordenações aeronáuticas civis e proíbe os voos noturnos.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 266/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas pelo reconhecimento dos direitos dos doentes portadores de fibromialgia, 983/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a avaliação da implementação da norma da Direção-Geral da Saúde sobre fibromialgia e a adoção de uma estratégia nacional para a resposta clínica, funcional, laboral e social às pessoas com fibromialgia, 985/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo medidas de reconhecimento, sensibilização e melhoria da resposta às pessoas com fibromialgia, 989/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para reforçar a resposta pública dirigida às pessoas com fibromialgia, garantindo acesso a cuidados de saúde, proteção social e a respostas adequadas de inclusão e proteção social, 996/XVII/1.ª (L) — Recomenda o estudo da fibromialgia e a adoção de medidas destinadas a pessoas com fibromialgia, 998/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a fibromialgia e para a encefalomielite miálgica, 1000/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reconhecimento da fibromialgia como doença crónica, 1001/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que sejam implementadas medidas para proteger e apoiar as pessoas com fibromialgia e 1003/XVII/1.ª (PS) — Pelo reforço das respostas à fibromialgia e pela melhoria do acompanhamento das pessoas afetadas.

Procedeu-se à votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 118/XVII/1.ª (CH) — Procede ao alargamento da isenção de IMT prevista no Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) e 633/XVII/1.ª (BE) — Promoção de verdadeiras rendas moderadas (altera o Decreto-Lei n.º 97/2026, de 30 de maio de 2026), que foram rejeitados; do Projeto de Resolução n.º 219/XVII/1.ª (L) — Recomenda a realização urgente do levantamento exaustivo das famílias em situação de vulnerabilidade habitacional, que foi rejeitado; dos Projetos de Resolução n.ºs 987/XVII/1.ª (IL) — Recomenda a criação de um regime de cedência de imóveis devolutos do Estado para valorização e arrendamento, 988/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um programa nacional de levantamento, transferência e reabilitação de património público habitacional devoluto, com prioridade aos bairros do Estado abandonados e 990/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para garantir o direito à habitação e a disponibilização do património público devoluto para fins habitacionais, que foram aprovados; e dos Projetos de Resolução n.ºs 997/XVII/1.ª (L) — Recomenda a afetação de património devoluto do Estado para o parque público de habitação e 999/XVII/1.ª (PCP) — Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação, que foram rejeitados.

Em votação global, foi aprovada a Proposta de Resolução n.º 15/XVII/1.ª (GOV) — Aprova a Convenção da Organização Internacional do Trabalho n.º 185, que procede à revisão da Convenção sobre os Documentos de Identificação Nacionais dos Marítimos (revista), feito em Bruxelas, em 21 de novembro de 2025.

Foi aprovado, na generalidade, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Lei n.º 130/XVII/1.ª (PAN) — Prevê a criação de um plano nacional de busca, salvamento e socorro animal integrado na resposta a catástrofes, bem como de equipas e infraestruturas para a sua operacionalização no âmbito da Proteção Civil, tendo o PAN retirado a sua iniciativa a favor do texto de substituição. Aquele texto de substituição foi ainda aprovado na especialidade (foram assumidas, pelo Plenário, as votações indiciárias realizadas na Comissão) e em votação final global.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 53/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/977, relativa ao intercâmbio de informações entre as autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros, e a Diretiva (UE) 2023/2123, que altera a Decisão 2005/671/JAI do Conselho no que diz respeito à sua harmonização com as regras da

União em matéria de proteção de dados pessoais.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 967/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para a salvaguarda, conservação, valorização e dinamização do conjunto constituído pela Igreja, antigo Convento de São Francisco e Fábrica Robinson, em Portalegre, incluindo o seu património industrial, edificado, documental, imaterial e móvel integrado.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 432/XVII/1.ª (L) — Recomenda a valorização da carreira de inspetor da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 433/XVII/1.ª (L) — Recomenda transparência, equidade e estabilidade nos avisos para atribuição de apoios para programas de bem-estar animal.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 820/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a criação de um apoio excecional de recuperação dos rendimentos dos profissionais da pesca.

Em votação final global, foram votados os textos finais, apresentados pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativos aos Projetos de Resolução n.os 833/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que incentive a transição para uma agricultura mais sustentável e resiliente, que foi aprovado, 928/XVII/1.ª (L) — Recomenda a adoção de medidas proteção e de controlo de população aos animais errantes e de companhia, que foi rejeitado, 764/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que realize anualmente uma campanha nacional de sensibilização para o não acorrentamento de cães e 936/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reforce os apoios ao setor agrícola para minimizar os impactos causados pelo conflito no Médio Oriente, que foram aprovados.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 482/XVII/1.ª (PAN) — Inclui a proteção e o socorro de animais nas medidas de resposta a incêndios rurais, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto.

O Presidente (Marcos Perestrello) encerrou a sessão eram 19 horas e 3 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde. Peço aos Srs. Agentes da autoridade para abrirem as portas ao público que queira assistir aos trabalhos.

Eram 15 horas.

Pausa.

Vamos, então, começar os nossos trabalhos.
Estava a aguardar que estivessem presentes todos os grupos parlamentares, mas há um limite de espera.
Sr. Secretário da Mesa, faça o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas para informar a Câmara que já se encontra nos suportes institucionais da Assembleia da República o conjunto de iniciativas que deram entrada desde a nossa última reunião.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.
Pedia agora às Sr.as e aos Srs. Deputados para fazerem o favor de se sentarem, para que possa dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, para uma declaração política.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP está em greve!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje é dia de greve.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para o PCP, é!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É claro que é dia de greve: amanhã é feriado!
Esse é o primeiro traço das greves do PCP e da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses): as greves prolongam o fim de semana.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Há quem estude economia, há quem estude produtividade, a CGTP estuda o calendário. Observa os astros, consulta os oráculos…

Risos do CDS-PP e de Deputados do PSD, do CH e da IL.

… e os melhores dias para marcar uma greve calham a uma segunda-feira, a uma sexta-feira ou em vésperas de feriados.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Um fim de semana prolongado, o sonho do Livre tornado realidade. Mas a greve de alguns penaliza os muitos que querem trabalhar, porque este fim de semana prolongado não é para todos, é só para alguns. E, como diz o vosso camarada, «Isto é gozar com quem trabalha».
Segundo traço: só há greves gerais durante os Governos da AD (Aliança Democrática).

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foram oito anos de imobilismo e uma total ausência de reformas estruturais durante os Governos do PS. Quantas greves gerais? Zero! Foram dois anos de crescimento económico, aumento do rendimento das famílias, redução dos impostos nos Governos da AD. Quantas greves gerais? Duas!

O padrão é inegável: nos últimos 15 anos, 100 % das greves gerais foram durante Governos da AD. Não é coincidência, é uma evidência. E então, desde 2024, é certinho, certinho, nunca falha — dois anos, duas greves gerais. Quando a AD governa, tem sempre a greve geral à perna.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E isso leva-me ao terceiro traço: a greve geral é uma greve parcial do setor público. De resto, a reforma laboral incide em 90 % no setor privado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas, na greve, 90 % da adesão é no setor público. E porquê? Porque esta greve não tem nada a ver com a reforma laboral. Esta greve é apenas uma tentativa de condicionar nas ruas as escolhas dos portugueses nas urnas. A greve é parcial, o incómodo é geral.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Por uns trabalhadores sindicalizados, que representam menos de 7 % da totalidade dos trabalhadores,…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Mais do que o CDS!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … pagam todos, pagam mesmo todos!

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Governo recebeu dos portugueses um mandato claro: transformar Portugal e fazer as reformas estruturais de que o País precisa. E o País precisa mesmo de uma reforma laboral. Portugal tem a segunda legislação laboral mais rígida da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), o desemprego jovem continua elevadíssimo, a rondar os 20 %, e os portugueses trabalham durante mais horas, muito mais do que a média na União Europeia.

Ora bem, o que querem verdadeiramente os trabalhadores portugueses? Querem mais salários!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Querem mais emprego! Querem menos pobreza! E o que tem estado a acontecer durante os Governos da AD? Os salários aumentaram, o emprego está em máximos históricos e a pobreza desceu. Estes são os factos, e contra factos não há argumentos. E contra factos não há piquetes, mesmo que barulhentos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, agora é chegada a hora da verdade: ou o Parlamento aprova esta reforma e o País segue em frente ou o Parlamento rejeita esta reforma e deixa o País estagnado. E, se é chegada a hora da verdade, é também chegado o momento de definição de alguns que se dizem de direita. Sim, porque, infelizmente, alguns que se dizem de direita, que até têm alguns valores de direita, quando chegam a estes momentos definidores, sentem uma enorme tentação de escolher a esquerda.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E é chegado o momento de definição: estão do lado dos comunistas ou estão do lado da reforma laboral?

Aplausos do CDS-PP, do PSD e da IL.

Estão do lado da CGTP ou estão do lado dos jovens? Estão do lado da esquerda ou estão do lado da direita?

Srs. Deputados, é muito simples. Não basta dizer-se de direita e depois ser marxista na economia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é batota, é mostrar com uma mão o que esconde a outra. E o eleitorado de direita não se deixa enganar com essas patranhas. Nesta matéria, como noutras, não dá para estar dos dois lados do muro. Não dá para ser CDS e PCP ao mesmo tempo. Não se pode ser a favor da iniciativa privada e da convivência entre os trabalhadores e os empregadores e promover, simultaneamente, a luta de classes entre o grande capital e os trabalhadores. A esquerda e a CGTP acham que o País avança quando para. É isto que o Chega acha?

A direita acha precisamente o contrário: o País avança quando reforma e se desenvolve. Por isso, escolham ser de direita,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Escolhemos ser portugueses!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … escolham a reforma laboral e, já agora, escolham ser contra uma greve convocada pelos comunistas.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem cinco pedidos de esclarecimento, aos quais responderá em dois grupos.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, o CDS diz-se o partido amigo das famílias,…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — De algumas!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … o partido que quer promover a natalidade em Portugal. Sr. Deputado Paulo Núncio, tem ideia de porque é que os portugueses não têm o número de filhos que desejam?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Diga lá!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Porque não têm casas que consigam pagar, casas decentes para os seus filhos, porque o dinheiro não chega ao fim do mês, porque veem a vida louca que têm e não têm tempo para estar com as suas crianças. As crianças, em Portugal, são das que passam mais horas na escola porque os pais estão a trabalhar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — E, portanto, este não é um País que dê condições às famílias para conseguirem ter os filhos que desejam.

Um partido que promove a natalidade e que se diz amigo das famílias é um partido que assegura que as famílias têm as condições para conseguir ter os filhos que desejam.

Sr. Deputado Paulo Núncio, sabe quem é que tem contestado, juntamente com os sindicatos, este pacote laboral que o Governo apresentou? São as associações das famílias. São as associações dos direitos das crianças. E, portanto, qualquer partido que se diga amigo das crianças e das famílias é um partido que rejeita esta reforma laboral.

O Sr. Deputado Paulo Núncio falou do sonho do Livre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não use as crianças! Que vergonha! Parece a Joacine!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — O Livre tem muitos sonhos e sonhos que quer concretizar, porque queremos um País melhor para toda a gente. E, de facto, a semana de quatro dias é um desses sonhos. É um sonho que nós queremos ver realizado muito em breve. E porquê? Porque não é um sonho só do Livre, é um sonho partilhado por muitas pessoas, por muitas famílias e por muitas crianças. Vá perguntar às crianças se não gostariam de ter os pais mais um dia em casa para estarem com elas.

Para partidos que dizem que querem cumprir e que querem respeitar a evidência científica, todos os resultados da semana de quatro dias mostram que é a política certa, ou seja, garantir mais tempo para as pessoas, garantir uma melhor conciliação entre trabalho e família e, Sr. Deputado Paulo Núncio, veja lá só, aumentar a produtividade das empresas. Isto, sim, é uma política de trabalho que é amiga da família, é amiga dos trabalhadores, é amiga das empresas, é amiga do País.

Sr. Deputado Paulo Núncio, como é que acompanha este pacote laboral? Sendo um partido amigo das famílias, mostra perfeitamente que não o é.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.ª Deputada Margarida Afonso, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Margarida Afonso** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, em nome do Partido Socialista, as minhas primeiras palavras são de saudação a todos os que hoje decidiram fazer greve, exercendo um direito e uma liberdade fundamentais da nossa democracia,…

Aplausos do PS, do L e do BE.

Protestos do CH, da IL e do CDS-PP.

… e, naturalmente, de respeito por aqueles que, de igual forma, optaram por não aderir.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Exatamente!

A Sr.ª **Margarida Afonso** (PS): — O Governo tem insistido, tal como fez na greve anterior, na ideia de uma fraca adesão à greve, mas os factos contam outra história. Houve adesão significativa em diversos setores…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então não!

A Sr.ª **Margarida Afonso** (PS): — … e são conhecidos os números que mostram a ampla oposição da maioria dos portugueses contra este pacote do Governo e da Sr.ª Ministra.

Aplausos do PS.

O problema é que esta proposta não responde aos verdadeiros desafios do mundo do trabalho, não promove a produtividade, não reforça a competitividade, não valoriza a qualificação dos trabalhadores, nem cria melhores perspetivas para os jovens e para as famílias.

Enquanto os portugueses enfrentam dificuldades na habitação, enfrentam dificuldades na saúde e no custo de vida, o que é que o Governo da AD escolhe? Escolhe abrir um conflito desnecessário com os trabalhadores, em vez de apostar no diálogo e na concertação social.

Aplausos do PS.

A pergunta que hoje se impõe, que muitos portugueses hoje querem fazer, é muito simples e clara, e o Governo ainda está a tempo de recuar nesta cruzada contra os trabalhadores: vai ou não admitir que este

processo foi mal conduzido desde o início e deixar cair esta afronta contra o mundo do trabalho, contra os jovens e contra as nossas famílias?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, muito obrigado por ter trazido este tema à Câmara.

Queria começar por fazer uma separação, uma marca de água absoluta, relativamente ao Partido Socialista. Como acabaram de ouvir, o Partido Socialista começou a sua intervenção, no dia de hoje, por saudar os grevistas.

A Sr.ª **Margarida Afonso** (PS): — E os que não fizeram greve também! Não ouviu!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pois eu quero dar uma palavra de solidariedade àqueles que decidiram, no dia de hoje, ir trabalhar e contribuir para a economia portuguesa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quero dar uma palavra aos pais que quiseram levar os filhos à escola e, por força de uma pessoa que não abriu o portão, não tiveram onde deixá-los; aos cidadãos portugueses que foram aos hospitais e não tiveram as suas consultas; aos jovens que iam participar nos torneios, nos Açores, e não puderam embarcar nos aviões por causa da greve que os senhores saúdam.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Claro, a culpa é dos grevistas!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A greve, Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, que podia ter sido ontem, mas não, foi na véspera do feriado — do feriado que é na quinta-feira e véspera da eventual ponte que será sexta-feira para muitos dos grevistas.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

A greve! A greve que encontra a justificação onde? No aumento de impostos?! Quatro descidas do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), zero aumento de impostos. Que encontra respaldo onde? No menor rendimento das famílias?! Somos o País onde a carga fiscal sobre o trabalho mais desceu na OCDE, onde o rendimento médio mais subiu contra a legislação laboral — ó Sr. Deputado Paulo Núncio, contra a legislação laboral.

Vejam bem, a greve tem um significado irrelevante nas empresas na indústria portuguesa, que é para essa que está dedicada a legislação laboral.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A greve tem expoente máximo — e, já agora, não é relevante também, diga-se — na Administração Pública. E a minha pergunta é: se a legislação laboral tem particular impacto nos trabalhadores do setor privado, como é que o Sr. Deputado Paulo Núncio pode explicar que seja na Administração Pública que se verificam os principais efeitos da greve?

O que hoje está a acontecer é uma vergonha!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Chama-se solidariedade!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Núncio, para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo pela pergunta da Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes. Olhe, Sr.ª Deputada, em matéria de políticas para a família, não há ninguém que dê lições ao CDS. Nós estamos onde sempre estivemos, que é ao lado das famílias.

Protestos do L.

Risos do PS.

Por acaso, Sr.ª Deputada, quero dizer-lhe que no último congresso do partido, que foi realizado há relativamente pouco tempo, aprovámos uma medida para duplicar as deduções fiscais a partir do terceiro filho, precisamente para ajudar a renovação e precisamente para permitir que as famílias que querem ter filhos possam ter verdadeiramente os filhos que querem.

Também defendemos o reforço da conciliação entre o trabalho e a família, Sr.ª Deputada,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ninguém diria!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e quero dizer-lhe que, neste caso em concreto, com este Governo, os rendimentos das famílias têm vindo a aumentar todos os anos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso significa, precisamente, que as famílias hoje têm mais condições para terem os filhos que querem, ao contrário do que acontecia no tempo da gerigonça, que o Livre aprovou.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — O Livre aprovou?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Relativamente à pergunta da Sr.ª Deputada Margarida Afonso, é espantoso que o PS comece, de facto, a sua intervenção saudando os grevistas…

A Sr.ª **Margarida Afonso** (PS): — E os que não fizeram greve! Não ouviram!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e não saudando a população portuguesa que é prejudicada, muito prejudicada, com a greve. Mas devo dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que nós vemos uma greve que foi convocada pelo Partido Comunista Português e com o PS a ir atrás.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não foi, não! Foi convocada pela CGTP!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ai é melhor a CGTP que o PCP?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Já nada nos surpreende no que diz respeito ao PS. Não nos surpreende ao que chegou o PS.

Há uma coisa que sabemos: oito anos de imobilismo, ausência total de reformas estruturais, zero greves gerais no tempo do Partido Socialista.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Porque será?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Deputado Hugo Soares, deixe-me dizer-lhe que a greve foi marcada precisamente para o dia de hoje. E, para além de ser uma greve marcada para vésperas de feriado, é uma greve particularmente perversa, porque foi marcada para o dia em que milhares e milhares de alunos fazem exames fundamentais para o desenvolvimento da sua vida, na sua escola.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Os grevistas estão-se completamente nas tintas para as nossas crianças, os grevistas e todos os partidos que apoiam esta greve. Há milhares e milhares de alunos prejudicados, há milhares e milhares de famílias prejudicadas. E o que é que o PS, o PCP, o Bloco de Esquerda e o Livre fazem? Colocam-se ao lado de uma minoria, colocam-se ao lado de uns privilegiados que querem parar o País.

Protestos do L e de Deputados do PS.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Vocês é que são uma minoria!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Há uma coisa que vos digo: o País não para, a sociedade portuguesa não para, porque, além desses que querem parar o País, a esmagadora maioria da população quer que o País ande para a frente, quer que o País continue a crescer, quer que o País avance para o futuro.

Há outra coisa que também vos quero dizer: por mais greves gerais que existam, esta maioria e este Governo vão continuar a cumprir o programa sufragado pelos portugueses.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, mas quero lembrar que o debate se estabelece entre quem pergunta e quem vai esclarecer e não entre o coro da direita e o coro da esquerda ou o coro do centro e o coro…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso! Do centro!

O Sr. **Presidente**: — Torna-se muito difícil o debate assim. Portanto, pedia para que, enquanto está a decorrer o pedido de esclarecimento e o esclarecimento está a ser dado, contivéssemos, na medida do possível, aquilo que está para lá dos apartes.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Mas assim tem mais graça!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento quem faz greve e que, com isso, contribui ativamente para a derrota do pacote laboral, mas, Sr. Deputado Paulo Núncio, cumprimento também todos os portugueses que fizeram greve no anterior mandato do PSD/CDS-PP, durante o Governo, e que, com isso, contribuíram para a reposição do feriado de amanhã, que VV. Ex.as retiraram durante a legislatura em que governaram.

Aplausos do PS e do L.

É bom recordar que esses grevistas contribuíram também para a reposição do feriado de 1 de dezembro, Restauração da Independência, que os Srs. Deputados tiraram durante a troica.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Por isso, sim, é preciso fazer greve para impedir os recuos, nomeadamente o recuo que este pacote laboral quer impor: um banco de horas individual que pode tirar até 250 € a quem recebe o salário mínimo.

Sr. Deputado Paulo Núncio, peço-lhe que aconselhe o seu Governo, que é tão rápido a tirar direitos, a ser assim tão rápido a responder ao aumento do custo de vida, porque há velocidade para comprimir direitos, mas, curiosamente, só há uma mudança para trás quando toca a responder ao aumento galopante do custo de vida.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, é normal que num dia de greve haja temas que são sempre debatidos, como as conveniências do calendário, que foi o que acabou de acontecer.

No entanto, há muito mais que se pode falar em dia de greve e tudo aquilo que está em torno, nomeadamente dos impactos que muitas famílias e muitos jovens sofrem, como foi o caso dos que faziam exames hoje e como foi o caso das pessoas que ficaram sem acesso a transportes e não puderam ir trabalhar, uma situação que a Iniciativa Liberal já tentou resolver através de uma proposta para a devolução do valor correspondente quando não se usa transportes.

Portanto, a pergunta que gostaria de fazer ao Sr. Deputado Paulo Núncio, que nos trouxe este tema, tem a ver com as críticas que se fazem e depois com a consequência, ou seja, de como somos consequentes naquilo que é a nossa prática política.

Vou pegar em dois exemplos de críticas que fez. O Sr. Deputado Paulo Núncio criticou as greves, criticou, inclusive, o impacto, no dia de hoje, na questão dos exames, mas costumam existir greves que vão além da época dos exames e que decorrem em tempo letivo normal. Ora, a Iniciativa Liberal, já nesta legislatura, trouxe uma proposta para se estabelecer serviços mínimos nas escolas em período letivo, e o CDS não votou a favor.

Outro exemplo: criticou a representatividade das centrais sindicais, e nós também somos críticos da representatividade ou da não representatividade, na realidade, das centrais sindicais e também das associações empresariais naquilo que diz respeito à concertação social, que demorou 10 meses a tentar fazer um acordo com o Governo. A Iniciativa Liberal já apresentou uma proposta para se rever a constituição da Comissão Permanente de Concertação Social, trazendo os profissionais liberais, os jovens empresários, a Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas. E como é que o CDS votou? Não foi abstenção, foi mesmo contra.

Portanto, como é que somos consequentes em relação às críticas que fazemos? Ficam aqui dois exemplos, e gostava que nos esclarecesse.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Núncio, dispõe de 3 minutos para responder.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, deixe-me dizer-lhe que, desta vez, estou surpreendido por não ter citado o Papa e a doutrina social da Igreja. Hoje, sempre que algum Deputado da esquerda fala, normalmente fala do Papa e da doutrina social da Igreja. Eu gosto sempre de ouvir, mas estou surpreendido que não tenha usado hoje o Papa na sua pergunta.

Protestos da Deputada do L Patrícia Gonçalves.

O Sr. Deputado falou dos feriados, mas é curioso que nunca fale do que esteve por detrás dessa decisão.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Foi o aumento de produtividade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Fala da troica, mas não consegue falar do que causou a troica, do que provocou a troica, do que provocou a intervenção externa em Portugal.

Vou explicar-lhe pela enésima vez, Sr. Deputado: o que provocou a intervenção externa foi o facto de o Partido Socialista ter levado o País à bancarrota.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É falso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sobre isso, o Bloco de Esquerda nada diz. Sobre isso, o Bloco de Esquerda nunca disse nada. Sobre isso, o Bloco de Esquerda não tem coragem de levantar a voz. Foi isso que provocou a situação dramática: aqueles senhores, que não sabem fazer contas, terem levado, pela terceira vez, o País à bancarrota.

Foi necessário, sim, Sr. Deputado, tomar um conjunto de medidas exigentes, que exigiram coragem, que exigiram determinação, mas, felizmente, esse Governo liderado por Pedro Passos Coelho e por Paulo Portas conseguiu salvar o País da bancarrota, e hoje somos novamente um País que ganhou autonomia. Se lá estivesse o Bloco de Esquerda e se lá estivesse a geringonça, provavelmente, ainda estaríamos hoje sujeitos ao ajustamento externo da troica.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz e do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Sr. Deputado, relativamente ao custo de vida que referiu, é verdade, o custo de vida aumentou e tem vindo a aumentar em resultado de fatores externos. No que diz respeito ao Governo português e a esta maioria, os rendimentos das famílias subiram como há muito tempo não acontecia. Portugal é mesmo um exemplo, ao nível da União Europeia, em que as famílias mais aumentaram o seu rendimento nestes últimos dois anos.

Por isso, este Governo está a governar bem, os salários estão a aumentar, os impostos estão a reduzir e, por isso, o salário mínimo, o salário médio, o salário líquido das famílias tem vindo a aumentar. Isso significa que está a governar bem.

Relativamente à pergunta do Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, é verdade que, além dos exames e dos milhares e milhares de crianças que ficaram sem exames e sem a possibilidade de progredir nas escolas, há também a questão dos transportes.

E relativamente aos exemplos que referiu — os serviços mínimos nas escolas —, como disse, o CDS não votou contra, o CDS viabilizou essa situação. O CDS entende que, de facto, nessa matéria dos serviços mínimos temos de ir mais longe. As greves não podem prejudicar a maior parte da população, como têm vindo a prejudicar. Há determinados setores que ainda não estão sujeitos a serviços mínimos e que têm de ser sujeitos a serviços mínimos, porque a greve é um direito, mas toda a gente tem o direito de trabalhar e de não ser prejudicado por um punhado de sindicalistas.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, para solicitar a distribuição de dois documentos: um deles é o memorando de entendimento, que não previa a redução de feriados,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Já recebi!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … e o segundo é um estudo feito pela concertação social que prova que à redução de feriados não correspondeu ao aumento da produtividade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Manda para o PS!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, pedindo-lhe a distribuição da notícia do *Público*, de 17 de maio de 2013, em que o dirigente do CDS, Lobo Xavier, responsabiliza o PSD e a oposição — entre ela, o CDS-PP — pelo resgate.

Vozes do PSD: — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O quê?! O quê?! A oposição?!

O Sr. **Presidente**: — Então, antes de dar a palavra ao próximo orador, que é a Sr.ª Deputada Andreia Neto…

Sr. Deputado, pede a palavra para uma interpelação à Mesa para esclarecer que não é o Dr. António Lobo Xavier que…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ó Sr. Presidente, é mesmo uma curiosidade.

Protestos do PS e do BE.

Eu ouvi mesmo…

O Sr. **Presidente**: — Ouviu, ouviu, Sr. Deputado!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Qual é a figura regimental?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … o Deputado Eurico Brilhante Dias a dizer que a responsabilidade da bancarrota foi dos partidos da oposição e não foi do Governo socialista?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Lobo Xavier e, se quiser, também tenho a fotografia do Catroga!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não lhe vou dar a palavra.

Entretanto, o microfone do orador foi desligado.

Cortei-lhe o microfone…

O Deputado Paulo Núncio continuou no uso da palavra.

Cortei-lhe o microfone, Sr. Deputado.

O Deputado Paulo Núncio continuou no uso da palavra.

Ninguém ouve, cortei-lhe o microfone.

Protestos de Deputados do PSD.

Está cortado, Sr. Deputado. Peço-lhe o favor de se sentar. Já lhe cortei o microfone, ninguém ouve, Sr. Deputado.

Continuação de protestos de Deputados do PSD.

Dou a conhecer à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos, nas respetivas galerias, alunos e professores da Escola Básica de Atouguia da Baleia, de Peniche;…

Aplausos gerais.

Esperem, Srs. Deputados, que temos mais.

Estão também a assistir aos nossos trabalhos alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira; alunos e professores da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos, de Campo de Ourique; cidadãos da freguesia de Tamel (São Veríssimo); alunos e finalistas da EBSPC (Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar e Creche) de Porto Moniz, Madeira; e, já agora, assinala-se um ano da tomada de posse de VV Ex.as, todos nós, como Deputados neste Parlamento.

Aplausos gerais.

E agora, para uma declaração política, tem a palavra a Sr.ª Deputada Andreia Neto, do PSD.

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, há temas que revelam muito sobre aquilo que somos enquanto sociedade: a forma como olhamos para os mais vulneráveis, a forma como combatemos a pobreza, a forma como entendemos a solidariedade.

E é precisamente sobre isso que hoje falamos. Durante demasiado tempo, fomos acumulando apoios, prestações, exceções, regimes e procedimentos. Sempre com boas intenções, sempre procurando responder a novas necessidades. Mas a verdade é que acabámos por construir um sistema demasiado complexo para quem mais precisava dele. Um sistema onde, muitas vezes, os cidadãos se perdiam na burocracia; um sistema onde apoios se sobrepunham; um sistema onde havia injustiças.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — E, em demasiados casos, um sistema onde aceitar um emprego podia significar perder mais em apoios do que aquilo que se ganhava em salários.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Temos de ter a coragem de dizer as coisas como elas são: durante demasiado tempo, tivemos um sistema de apoios sociais excessivamente fragmentado, complexo e, em muitos casos, injusto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Multiplicaram-se prestações, regras e exceções e o resultado foi um sistema difícil de compreender para quem mais precisava dele e demasiado permeável a abusos e situações de fraude. Mas houve um problema ainda mais grave: em determinadas situações, quem aceitava um emprego ou dava os primeiros passos no mercado de trabalho, via desaparecer apoios de forma abrupta. Ou seja, trabalhar podia não compensar;…

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — … aceitar uma oportunidade podia significar perder mais em apoios do que aquilo que se ganhava em salário.

E esta é a verdadeira armadilha da pobreza. Uma armadilha que não ajuda as pessoas a sair da vulnerabilidade; uma armadilha que mantém as pessoas dependentes; uma armadilha que fecha portas em vez de abrir oportunidades.

É precisamente por isso que era necessário mudar, porque um Estado social justo não pode penalizar quem quer trabalhar, não pode desincentivar quem procura construir autonomia, não pode tratar da mesma forma quem faz um esforço para avançar e quem abusa do sistema.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — A prestação social única nasce para corrigir estes desequilíbrios; a prestação social única nasce para simplificar, nasce para reforçar a justiça, nasce para garantir que trabalhar compensa sempre,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… e nasce para transformar o apoio social naquilo que ele deve ser: um trampolim para a autonomia e nunca uma armadilha, no sentido de prender as pessoas à pobreza.

Sr.as e Srs. Deputados, o PSD nunca acreditou que solidariedade e responsabilidade fossem valores incompatíveis, pelo contrário, acreditamos que uma sociedade verdadeiramente solidária é aquela que protege quem mais precisa. Mas é também aquela que acredita na capacidade das pessoas, que não desiste das pessoas, que não lhes diz que o destino é depender sempre de um apoio social, que não lhes fecha a porta da mobilidade social.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Por isso, defendemos uma proteção social que apoia, mas também que acompanha; que protege, mas também que capacita; que garante dignidade, mas também que promove autonomia, porque o trabalho continua a ser, para milhões de portugueses, Sr.as e Srs. Deputados, o principal instrumento de emancipação pessoal, familiar e social. O trabalho não é apenas um salário, é participação, é autoestima, é independência, é projeto de vida.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É por isso que esta reforma, Sr.as e Srs. Deputados, afirma um princípio fundamental: trabalhar tem de compensar sempre, sempre.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Nenhuma política social é verdadeiramente justa se colocarmos uma pessoa perante a escolha entre aceitar uma oportunidade de trabalho ou manter um apoio. Nenhuma política social é verdadeiramente humana se transformar a dependência num destino.

Tenho ouvido algumas críticas quanto a esta reforma, mas permitam-me dizer com clareza: o que diminui a dignidade das pessoas não é ajudá-las a regressar ao mercado de trabalho, não é investir na sua qualificação, na sua participação na comunidade; o que diminui a dignidade das pessoas é, precisamente, desistir delas,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… é aceitar que fiquem presas à exclusão, que os seus filhos herdem a mesma vulnerabilidade, é aceitar que a pobreza se torne permanente.

O PSD recusa a ideia de que o Estado social se deve limitar a administrar dificuldades. Queremos um Estado social que transforme vidas, que abra oportunidades, que combata a exclusão, que proteja quem precisa…

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

… e que valorize o esforço de quem procura construir um futuro melhor.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem oito pedidos de esclarecimento. Como pretende responder? Em grupos de três?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, quantos são?

O Sr. **Presidente**: — São oito, Sr. Deputado, acabei de dizer.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, responde em dois grupos de três e um de dois.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita, do Partido Socialista.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, muito obrigado pela sua intervenção.

A prestação social única corresponde a um objetivo do Governo PS, inscrito como prioridade no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) pelo Governo do PS e iniciado pelo Governo PS, mas o objetivo foi sempre a melhoria, o reforço da proteção social; conseguir ganhos de simplificação na compreensão do sistema; melhorar o acesso à proteção social; conseguir uma gestão mais eficaz e mais eficiente da proteção social.

A Sr.ª Deputada referiu vários desses pontos, mas não têm sido esses pontos que o Governo tem enfatizado nos últimos dias.

Depois de dois anos de silêncio, já com o prazo do PRR a esgotar-se — e, aliás, o PS tinha, há poucas semanas, questionado o Governo sobre esta urgência —, o Governo vem pedir urgência, vem pedir uma autorização legislativa para se furtar ao debate no Parlamento, como tem feito em muitíssimos dossiês, e vem apresentar uma proposta que levanta muitas questões, na substância e no discurso.

Desde logo, em vez da melhoria da proteção social, o Governo escolheu centrar o seu discurso naquilo a que chama trabalho social obrigatório, quando o trabalho social já existe na lei — e, na verdade, só se aplica a duas das 13 prestações que vão agora ser fundidas —; o Governo centrou-se na promoção de canais de denúncia anónima para combater alegadas fraudes — ora, eu pergunto se a moda vai pegar e se o Governo também vai querer canais anónimos de denúncia para os milhões e milhões de fraude fiscal ou se é mesmo só para os mais pobres dos mais pobres —;…

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do PSD Andreia Neto.

… e o Governo centrou-se ainda na redução do acesso à proteção social, com criação de novas restrições.

O Governo que escolheu atacar os trabalhadores no Código do Trabalho,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A sério que estão a dizer isso?!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … vira-se agora também contra os mais pobres.

Para se esconder da impopularidade do Código do Trabalho, vem agora buscar um discurso de baú bafiento para estigmatizar, para excluir, para punir os mais pobres, em vez de melhorar a sua proteção.

Aplausos do PS.

O Governo é mesmo um cata-vento, mas, na hora de soprar o vento — não a Sr.ª Deputada aqui —, o Governo, e até o Sr. Primeiro-Ministro, escolhe sempre a direita, a direita mais retrógrada e mais bafienta.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Andreia Neto, a prestação social única é, de facto, uma reforma muito importante na concessão de apoios sociais.

É importante pelo rigor que traz, impedindo a acumulação injusta de prestações sociais; é pertinente nos incentivos certos que atribui, para que as pessoas não se eternizem a receber prestações sociais; e também na

retribuição que as pessoas darão, recebendo uma prestação social não contributiva, de trabalharem no sentido de devolver à sociedade aquilo que é o benefício que têm.

Portanto, neste fim do abuso, no fim da dependência e no fim, em muitos casos — é preciso dizê-lo também —, de um certo subsídio à preguiça,…

A Sr.ª **Margarida Afonso** (PS): — «Subsídio à preguiça», que disparate!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … é preciso perguntar uma coisa.

O Governo claramente esclareceu como é que queria fazer esta reforma: simplificação por um lado, mas um grande rigor e justiça social por outro. O que pergunto é se quem está constantemente a falar de rigor, quem está constantemente a falar contra abusos, quem está constantemente a falar de quem abusa e retira aos outros a possibilidade de ter acesso a determinado tipo de benefícios, pode ter outra posição que não seja a de apoiar esta reforma.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É que este momento é de uma clareza incrível. Saberemos, neste momento, quem é que utiliza o combate ao abuso para, efetivamente, acabar com o abuso e quem é que utiliza o combate ao abuso para benefício próprio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Aqui, de uma vez por todas, ou o rigor é para acabar o abuso ou o rigor é só para encher o discurso.

Portanto, pergunto-lhe: é ou não é clarificador e há ou não há um caminho único, que é o de apoiar esta reforma e apoiar a aprovação da prestação social única?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Andreia Neto, a proposta do Governo obriga viúvas e pessoas com deficiência a trabalho não pago que pode ir até 20 horas por semana.

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é mentira!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falso!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Está a mentir!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Começa a falar e já está a mentir! Está expressamente excluído! Está expressamente excluído!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo ainda tem 48 segundos para fazer o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Só disse uma frase…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Se abrisse um alçapão por cada vez que mente, já tinha caído!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é não ser sério!

O Sr. **Presidente**: — É a Sr.ª Deputada Andreia Neto que está, digamos, a ser questionada agora, portanto, será ela depois a responder.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, faça favor de continuar.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Refiro-me ao artigo 20.º, consultem-no: «pessoas com deficiência até 80 % e viúvas» — está lá escrito.

Se é preciso rever a lei? Sim, é. Consultem-na.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é um problema das viúvas?! As viúvas não podem trabalhar?! É isso que está a dizer?! É extraordinário!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pune também crianças pelos atos dos adultos. Dou um exemplo: um órfão que hoje recebe a sua pensão passa a integrar um novo agregado; se um adulto desse agregado recusar o trabalho imposto, a criança fica sem apoio, por uma decisão que não tomou. Isto tem um nome em direito: responsabilização por facto de outrem; é uma sanção que recai sobre quem nada fez, viola o direito à segurança social e à dignidade da pessoa humana.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não tem nada a ver com isso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pergunto com clareza: como justifica punir uma criança pela conduta de um terceiro, um adulto? Acha mesmo que esta crueldade social é constitucional?

Aplausos do L.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Crueldade?! Acha que alguém limpar um jardim é uma crueldade?!

O Sr. **Presidente**: — Faz-me falta aqui um martelo…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — *Order*! *Order*!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — *Order*!

O Sr. **Presidente**: — Acho que vou pedir na Conferência de Líderes para ver se acordam em que o Presidente tenha um martelo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Andreia Neto, tem a palavra, para responder.

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, realço o leque de questões que me colocaram, o que é bom sinal. Creio que é sinal de que esta reforma é verdadeiramente demasiado importante para o País e, por isso, agradeço às Sr.as e aos Srs. Deputados.

Relativamente às questões desta ronda, quanto ao Sr. Deputado do Partido Socialista Miguel Cabrita, quase nem queria acreditar que o Sr. Deputado teve a coragem de dizer aquilo que disse, há pouco, relativamente a esta reforma. O Sr. Deputado disse que estava inscrito, mas pergunto: o Partido Socialista concretizou o que estava inscrito?

Aplausos do PSD.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Zero!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Se o Partido Socialista tivesse concretizado o que estava inscrito, não estaríamos agora nós a falar sobre este assunto, Sr. Deputado.

Digo-lhe mais: o Governo foi muito mais longe e o Sr. Deputado sabe disso. O Sr. Deputado sabe que o Governo, nesta reforma, veio valorizar muitos dos princípios que os senhores, mais uma vez, não tiveram a coragem de valorizar,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — … designadamente o trabalho — coisa que o Partido Socialista não valorizou — e a transparência, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado falou no canal de denúncias. O Sr. Deputado acha mal um canal de denúncias?

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

O Sr. Deputado não defende a transparência? Não defendemos todos a transparência e o combate à fraude, Sr. Deputado? É lamentável a postura do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Relativamente ao Sr. Deputado João Almeida, agradeço-lhe a questão e o facto de realçar efetivamente a importância que a prestação social única tem para Portugal e para todos aqueles que podem beneficiar dela.

Creio que a pergunta do Sr. Deputado seria também muito bem dirigida ao Grupo Parlamentar do Chega, porque, na verdade, o Grupo Parlamentar do Chega, que se diz contra a corrupção,…

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — E qual é o problema?!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — … que se diz a favor da transparência, que se diz absolutamente contra todos aqueles que estão a receber prestações sociais, mas que deviam reciprocamente — reciprocamente! — prestar trabalho, na hora da verdade, o que é que faz? Zero, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era a mata-cavalos?! Agora passa tudo?!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — É que, Sr. Deputado, a bancada do Chega vive do caos — nós já percebemos isso e creio que os portugueses já perceberam também.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora bem! Ora bem!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — É altura, Srs. Deputados, de começarem a ser coerentes.

Relativamente ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, ó Sr. Deputado, permita-me terminar assim: o Sr. Deputado acha mesmo que as viúvas não podem trabalhar?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E as divorciadas?!

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Andreia Neto, a criação da prestação social única não surgiu ontem. O compromisso, como todos sabemos, consta do PRR há vários anos e o prazo de execução é conhecido.

O que não se percebe é porque é que chegou o Governo a poucos meses do prazo final sem apresentar uma proposta completa, pedindo agora uma autorização legislativa para reformar uma parte substancial do sistema de proteção social. Não considera que uma alteração que funde 13 prestações sociais merecia uma discussão completa na especialidade? O Governo não teve tempo para fazer o trabalho ou não quer sujeitar as suas opções concretas ao escrutínio parlamentar?

É que continuamos completamente às cegas, porque o Governo remete aspetos cruciais desta lei para portarias regulamentares posteriores. Como é que justificam, então, que fiquem ocultos e dependentes de uma portaria o valor de referência da PSU (prestação social única), o teto máximo global da prestação e os critérios exatos dos apoios à habitação e do incentivo ao trabalho?

Esta reforma, por exemplo, extingue, por incorporação, a pensão de orfandade, que é um apoio crítico para menores cujos pais não descontaram para a segurança social. Não me digam que querem que os órfãos menores vão desempenhar trabalho social?!

Sendo a PSU uma prestação de natureza diferencial que subtrai os rendimentos do agregado, como garante o PSD que uma criança órfã não verá o seu apoio reduzido ou anulado devido aos rendimentos de quem a acolheu?

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — É só disso que és capaz?! Estava à espera de mais!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Esta proposta estipula também que a recusa de uma atividade por um membro do agregado familiar dita a suspensão da prestação a todo o agregado por 12 meses. Ao mesmo tempo, os rendimentos dessa pessoa continuam a contar para o cálculo de apoio dos restantes. Castiga-se um, empobrecem todos. Como é que o PSD justifica esta dupla penalização, que empobrece e castiga uma família inteira pela conduta individual de um dos seus membros?

Mas já percebi: é que, para o PSD, desistir das pessoas, como disse a Sr.ª Deputada, é atribuir prestações sociais para que as pessoas possam refazer as suas vidas, não é apoiá-las.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — É isso que é desistir das pessoas. Sr.ª Deputada, nós não concordamos.

Aplausos do L.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, tem a palavra, para pedir esclarecimentos.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Andreia Neto, esta reforma é importante e é algo que está para ser feito já há bastante tempo, mas não vale a pena virem para aqui fazer-se de grandes salvadores da Pátria, porque isto é uma imposição da União Europeia, que põe em causa fundos da União Europeia, nomeadamente do PRR.

O PS, que era suposto tê-la feito, não a conseguiu fazer. Os senhores, que estão para a fazer há dois anos, só agora, a mata-cavalos e em cima do prazo de conclusão, do prazo para não perdermos os fundos do PRR, é que a apresentam.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Há aqui outra questão, é que apresentam isto em forma de autorização legislativa, com uma proposta de lei anexa, e a própria proposta de lei remete para um conjunto de portarias e regulamentos a definir posteriormente. Ou seja, o que os senhores vêm aqui pedir é um cheque em branco, num tema bastante sensível, o que revela bastante desrespeito pelo Parlamento.

Até concordamos com as linhas gerais daquilo que submeteram. Mas há um nível de detalhe a que gostaríamos de conseguir ir e ao qual, obviamente, pela forma como o fizeram, não vamos conseguir chegar. No entanto, aproveito para lhe deixar algumas questões, não obstante voltar a fazê-las quando viermos discutir a proposta em concreto.

Como é que chegaram à conclusão de que as pessoas só poderiam estar, no fundo, isentas de prestar trabalho social a partir de 80 % de incapacidade ou de grau de deficiência? Como é que chegaram a esse valor? Que estudos é que fizeram para concluir isso?

Há outra coisa que também não é clara na lei. Nas 4 horas por dia de trabalho que é suposto as pessoas fazerem, inclui-se o direito a transporte, a alimentação e à tal senha de participação. Se as pessoas trabalharem menos do que isto, também têm direito a estas questões que estão previstas na proposta de lei? Isto é algo que era importante clarificar, assim como outras coisas…

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Na especialidade!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Pois, na especialidade! Era importante que houvesse um debate em sede de especialidade como deve ser, mas não o vamos conseguir fazer.

Portanto, espero e apelo a que permitam que se consiga discutir isto com alguma seriedade, mesmo que num intervalo curto de tempo, para não se perderem os fundos do PRR.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Andreia Neto, o Governo diz que esta reforma vem simplificar o sistema de segurança social, mas entendo que simplificar não pode significar dificultar a vida a quem já vive com dificuldades todos os dias.

Olho com alguma preocupação para esta proposta, porque entendo que a pobreza se combate com oportunidades, com emprego digno e com proximidade social. Não se combate criando um sistema e um discurso em que quem precisa de ajuda possa passar a viver permanentemente sob suspeita.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É ao contrário!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Por isso, deixo-lhe aqui uma pergunta muito direta, que já foi abordada pela Sr.ª Deputada Mariana Leitão.

Pergunto-lhe se considera aceitável que uma reforma estrutural desta dimensão esteja a ser acelerada apenas porque Portugal se arrisca a perder verbas do PRR, sem que tenha este Parlamento o tempo suficiente para um debate social parlamentar aprofundado sobre um tema que diz muito a milhares de famílias deste País.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Andreia Neto, tem a palavra, para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento.

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, mais uma vez, agradeço as questões que me colocaram.

A Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, parece que está em coerência com aquilo que o Sr. Deputado Fabian Figueiredo disse há pouco.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — São irmãos!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — A Sr.ª Deputada também pergunta se os menores vão trabalhar. A Sr.ª Deputada não sabe que os menores estudam?

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

É o que diz a proposta: os menores estudam.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do L Patrícia Gonçalves.

Relativamente à questão colocada pela Sr.ª Deputada Mariana Leitão, é verdade que existem algumas dúvidas relativamente a pormenores técnicos desta proposta, e teremos, naturalmente — o próprio Grupo Parlamentar do PSD também tem essa intenção —, em sede de especialidade, de aprofundar precisamente algumas das questões que também teve oportunidade de levantar.

Sr.as e Srs. Deputados, e para acabar com a resposta à questão do Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, é verdade, Sr. Deputado, esta proposta vem mesmo simplificar.

O Sr. Deputado — se calhar, se tivesse a oportunidade de se colocar na pele de quem pode beneficiar dos apoios sociais… — tem a certeza de que estas pessoas que beneficiam dos apoios sociais não querem mesmo trabalhar? O Sr. Deputado tem a certeza de que estas pessoas que beneficiam dos apoios sociais não estão interessadas em se inserir no mercado de trabalho, em ser mais autónomas?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ali no Livre não!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Será que estas pessoas não querem ter participação comunitária? Será que estas pessoas não são a favor da responsabilidade social recíproca, Sr. Deputado?

Se calhar, o Sr. Deputado, e todos os Srs. Deputados, devia colocar-se na pele destas pessoas e, se calhar, iria perceber que, afinal, também elas apoiam esta medida do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Temos ainda dois últimos pedidos de esclarecimento. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Andreia Neto, em 2020, o Chega propôs, nesta Casa, controlar as prestações sociais e trabalho obrigatório para quem recebia benefícios de apoios sociais; o PSD ignorou essa proposta. Em 2025, o Chega propôs manifestações de fortuna para quem recebesse subsídios e prestações sociais; o PSD votou contra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Em 2025, o Chega propôs aumentar a fiscalização, e garantir a real fiscalização, de quem recebia RSI (rendimento social de inserção) e outros subsídios; o PSD votou contra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os senhores não querem fazer nenhuma reforma da segurança social. Os senhores querem distrair, desviar as atenções, do que estão a fazer agora, na reforma laboral: atacar quem trabalha.

Protestos do PSD.

É isso que querem fazer.

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — CGTP, unidade sindical!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas o Chega, ainda assim, deu ao PSD a sua oportunidade…

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Parece o megafone da CGTP, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar, até porque a contagem do tempo parou logo. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Chega, ainda assim, acreditou que o PSD poderia um dia mudar e propôs, por várias vezes, a fiscalização destes subsídios, a obrigatoriedade do trabalho social; e o PSD votou sempre contra.

Disse Luís Montenegro a André Ventura, na campanha eleitoral: «É chicana política fazer com que aqueles que recebem subsídios devam ser mais fiscalizados ou sejam os culpados da situação que temos.» A resposta é simples, nem Luís Montenegro nem o PSD querem fiscalizar nada. Querem dividendos eleitorais que não vão ter — que não vão ter!,— que não vão ter nesta legislatura.

Aplausos do CH.

Mas fica claro que o PSD está disposto a voltar atrás e a assumir a posição. Mas, então, temos de ir até ao fim. Srs. Deputados, na vossa proposta, um imigrante que chega a Portugal pode receber subsídios sem nunca ter contribuído para a segurança social.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não! Não! Não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem chegar a Portugal — informação do vosso Governo, do vosso Gabinete — pode receber subsídios sem nunca ter contribuído com um cêntimo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mentira! Mentira! Mentira!

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É errado, é errado e não deve acontecer. É errado e não deve acontecer.

Srs. Deputados, se queremos combater os subsídios a sério vamos fazê-lo, vamos começar por um: acabar com as subvenções vitalícias em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — As perguntas são dirigidas à Sr.ª Deputada Andreia Neto, que tem tempo para responder.

Tem a palavra agora a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente. Sr.ª Deputada Andreia Neto, não tomamos o PSD por um partido que se confunda com a Iniciativa Liberal, do ponto de vista em que a social-democracia não afasta a intervenção do Estado no que diz respeito ao combate às desigualdades sociais.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Mas porque é que hoje tem de falar da IL (Iniciativa Liberal)?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — E, nessa matéria, não podemos confundir uma visão apenas tecnicista, deixando de fora pessoas que vivem, no nosso País, em situação de pobreza e de vulnerabilidade social, em particular as viúvas, como ainda há pouco exemplificou — porque, sim, há pessoas viúvas que devem ter o direito de não trabalhar,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — O que é que isso tem a ver com a IL?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … foi para isso que efetivamente foram criadas as pensões de viuvez ou de sobrevivência. Também não está claro se na pensão de velhice estão, de facto, afastadas as situações de isenção para pessoas que já não tenham condições de estar no mercado de trabalho ou de prestar trabalho social e, por isso, era importante que o PSD esclarecesse se está disponível para, na especialidade, salvaguardar os direitos destas pessoas.

Por outro lado, também em relação às famílias monoparentais, não deixa de ser curioso ver o CDS falar em «subsídio à preguiça»,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É, é! Não faz mal!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … quando temos mães que têm de optar entre comer uma refeição completa ou cuidar dos filhos. Isto não é subsídio à preguiça, isto é ajudar quem está no topo daquilo que é a base social do ponto de vista da pobreza e quem efetivamente precisa de ter um apoio…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Presumo que quem fez os esclarecimentos deseje ser esclarecido. Presumo!…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Não querem, não querem!

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Andreia Neto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu podia responder!

O Sr. **Presidente**: — As perguntas foram dirigidas não ao Sr. Deputado Hugo Soares, mas à Sr.ª Deputada Andreia Neto.

Continuação de burburinho na Sala.

Eu estou aqui, ajudam-me se ninguém me fizer sinais, ou não sei o quê, ajudam-me! Se estiverem todos quietinhos, ajudam-me mais. Ajudam-me, é a sério. Vou respirar fundo…

Pausa.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, ainda bem que o Sr. Deputado André Ventura teve oportunidade para me colocar essa questão, porque também me dá oportunidade para lhe responder da seguinte forma: Sr. Deputado André Ventura, ainda o Sr. Deputado estava no PSD e o senhor sabe que já o PSD defendia esta matéria.

Não vai assim há tanto tempo, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Defenderam o cigano da Bósnia!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Depois, o Sr. Deputado fala em oportunidades que o PSD terá desperdiçado, no sentido de não acompanhar as iniciativas que o Chega apresenta. Ó Sr. Deputado, nós não podemos acompanhar o que está mal feito!

Aplausos do PSD.

Vozes do CH: — Ah!…

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Não podemos acompanhar o que está mal desenhado, Sr. Deputado. Isso não, não peçam isso ao PSD!

Relativamente à última parte da sua intervenção, em que o Sr. Deputado, mais uma vez, sabe que é mentira,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não é!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — … o que o Sr. Deputado diz que é mentira,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Provem que não é mentira!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Deputado, é mentira e vou ler-lhe exatamente aquilo que está na proposta do Governo — esteja atento —, que diz: «Nas condições gerais de acesso a nacionais de Estados terceiros, exige-se permanência em Portugal com título válido de residência durante pelo menos um ano.» — um ano, Sr. Deputado! Não há dúvidas, está aqui!

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Ouçam! Ouçam!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Um ano! Um ano! Tens de ler!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Deputado, chegou a altura de o Sr. Deputado e da sua bancada escolherem: se o Sr. Deputado quer combater a fraude, como está sempre a dizer, se o Sr. Deputado quer estar ao lado da transparência, se o Sr. Deputado não quer enganar as pessoas, está na hora de juntar-se a esta proposta do Governo e a este grupo parlamentar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Presidente André Ventura está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa para…?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, é sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, eu queria pedir-lhe para distribuir um esclarecimento do Governo — do Governo, não é nosso, é do Governo —, que foi solicitado sobre quem poderia receber prestações sociais no âmbito deste diploma, e o Governo deu um esclarecimento sobre isto, em que, de facto, fica claro que quem pode receber estas prestações sociais pode tê-las recebido e pode vir a recebê-las sem nunca ter contribuído um cêntimo para Portugal. O PSD pode mentir e inventar o que quiser, o esclarecimento é do próprio Governo.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Antes de continuar, queria dizer o seguinte: eu já pedi a todos que primeiro digam exatamente qual é o documento, onde é que está, onde é que está publicado e depois poderá fundamentar. Começando ao contrário, não me permite perceber se é uma verdadeira interpelação à Mesa ou se é um exercício de um contraditório ou um tempo extra de participação. Portanto, qual é a fonte?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, como nós não somos de *fake news*, aqui fica o...

Risos do PSD, do PS, da IL e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a contagem do tempo está parada. O tempo está parado.

Burburinho na Sala.

Ó Sr. Deputado André Ventura, tudo andará mais depressa se olhar para mim…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Presidente, eu posso olhar para si se isto não parecer um circo, verdadeiramente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tu, a falares de circo?!

Risos do PSD e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, olhe para mim. Continue.

Srs. Deputados, é uma interpelação à Mesa, é daquelas situações em que é entre quem interpõe e a Mesa. Portanto, neste caso, é sim.

Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Dizia eu, Sr. Presidente, como nós não gostamos de notícias falsas,…

Risos do PSD e do PS.

… este é um esclarecimento que pode encontrar em gov.pt — que eu saiba não é do Chega, é do Governo de Portugal — e em ministériodotrabalho.pt — que também é do Ministério do Trabalho. Diz-se, nesse documento que nós queremos distribuir, que podem requerer a prestação social única pessoas com 18 anos ou mais, residentes em Portugal, cidadãos de países fora da União Europeia com pelo menos um ano de residência.

Protestos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É claríssimo, nesta proposta,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O quê?

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído. Faça favor.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É claríssimo, nesta proposta, que podem receber subsídios sem descontar — isso está errado!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra também para uma interpelação à Mesa. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É mesmo, Sr. Presidente, é para distribuir dois documentos, vou dizer quais são e qual é o seu propósito, tal qual o Sr. Presidente pediu.

Queria distribuir — creio que não era necessário, mas vou distribuir — a proposta de lei aqui em causa…

Risos dos Deputados da IL Joana Cordeiro e Jorge Miguel Teixeira.

… e distribuirei também a reforma da legislação relativamente à imigração, que, de resto, teve também o apoio e o voto do Chega. Para poder dizer o quê? Para poder dizer que, de facto, só podem receber ou aceder à prestação única aqueles cidadãos estrangeiros que estiverem cá há mais de um ano.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há mais de um ano?!…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Só que perante a reforma que nós os dois fizemos, para poderem cá estar com título válido há mais de um ano têm — vejam só! — de ter contrato de trabalho e estar a trabalhar!

Ó Sr. Deputado Ventura, você tem de estudar, você nem sabe o que fez, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Está esclarecido, está fundamentado, está...

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Votaste comigo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então não leste bem!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está feito o esclarecimento, uma interpelação, e juntaram-se os documentos. Os Srs. Deputados têm outros momentos para poderem usar da palavra e penso que terminou o pedido de esclarecimento.

Vamos passar à declaração política seguinte, que é precisamente do Chega, do Sr. Deputado Paulo Seco. Faça favor.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Subo hoje a esta tribuna com um propósito muito claro, tornar público e demonstrar, de forma inequívoca, o momento difícil que Portugal atravessa e as consequências laborais que os trabalhadores portugueses encaram no presente e irão enfrentar no futuro.

Sejamos bastante claros: durante mais de cinco décadas, nunca os governos em exercício estiveram para melhorar as condições de vida dos portugueses.

Em Portugal sempre se viveu de clientelismos, subserviências e, sobretudo, de acordos partidários que sempre beneficiaram os mesmos de sempre. Enquanto não se substituir politicamente a regra máxima, que é nascemos para servir e não para ser servidos, os problemas continuarão a ser sempre os mesmos, ou seja, subjugar a população com impostos, contribuições, taxas e taxinhas, distribuir migalhas e subsídios a seu bel-prazer e garantir que o povo continue a viver de pão e circo.

Sr.as e Srs. Deputados, estamos perante um Governo fraco e de uma esquerda e extrema-esquerda que durante anos governaram este País contra quem trabalha.

Aplausos do CH.

Enquanto os portugueses acordam cedo, pagam impostos pesados e enfrentam salários que não chegam ao final do mês, vamos continuando a assistir ao espetáculo degradante de centrais sindicais que controlam o diálogo social, que condicionam o País e que, através de greves sucessivas, continuam sempre a penalizar quem quer trabalhar.

O direito à greve é constitucional? Sim. Mas o direito a trabalhar também é um direito fundamental, não é um favor, é uma necessidade. Nem todos os portugueses comuns têm rendimentos e pensões obscenas, como alguns que por aqui passam ou já passaram.

Sr.as e Srs. Deputados, um dia de greve em Portugal, segundo os últimos dados estatísticos, ronda cerca de 800 milhões de euros por dia, em que transportes estão parados, escolas estão fechadas e onde hospitais funcionam a meio gás. Quem paga? O português comum, aquele que não tem patronos políticos nem proteções partidárias.

Este modelo é insustentável e é imoral. Celebrar a greve é celebrar a precariedade. Celebrar a greve é celebrar a mediocridade. Queremos um país forte, uma economia e famílias fortes. Queremos, sobretudo, prosperidade. A reforma laboral que o Governo tem andado a negociar em concertação social com os parceiros sociais e que agora traz ao Parlamento é um exemplo perfeito do fracasso político. Meses e meses de negociação, meses de reuniões e mais reuniões. Reuniões essas onde a CGTP nem sequer se sentou à mesa, a UGT (União Geral de Trabalhadores) passou meses a fio a propor alterações atrás de alterações e, no final, sai porta fora sem qualquer acordo. E o Governo, em vez de assumir a responsabilidade, vem pedir ao Chega que salve uma reforma que ninguém quer — arrogância política pura.

Esta reforma não é construída para os trabalhadores. Foi construída para agradar aos mesmos de sempre que, décadas atrás de décadas, vêm atrasando o desenvolvimento de Portugal. Resultado: mais precariedade, menos flexibilidade, mais rigidez num país que já é dos mais envelhecidos e dos mais fiscalmente pesados da Europa. Pagamos mais para trabalhar do que a maioria dos nossos parceiros. Isto não é modernização, isto é um retrocesso social disfarçado de progresso.

Aplausos do CH.

Não aceitamos que penalizem as mulheres que querem ser mães num País que precisa urgentemente de natalidade. Não aceitamos que se retire compensação justa pelo trabalho noturno e por turnos. Não aceitamos que se use o banco de horas como arma contra o trabalhador.

O Chega exige flexibilidade, sim, mas com acordo entre as partes, nunca como oposição.

Depois, há a questão das pensões que o Chega quis colocar no centro do debate, porque não há uma reforma laboral séria sem justiça no sistema de pensões.

Assim, propomos uma «lei Centeno», sim, para moralizar um sistema perverso, onde há portugueses de primeira e portugueses de segunda; defendemos que quem tem 40 anos de descontos deve reformar-se aos 65 anos, sem penalizações.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Propomos acabar com o aumento sucessivo da idade da reforma e acabar com reformas milionárias, enquanto milhares de portugueses trabalham uma vida inteira e recebem pensões de miséria.

É imoral que haja quem se reforme com carreiras contributivas curtas e receba pensões até 13 000 €/mês, enquanto um pensionista médio mal chega aos 900 €/mês.

Aplausos do CH.

Propomos um teto máximo de 4500 € líquidos mensais nas pensões públicas. Outros países, como a Espanha, a Suíça, a Bélgica, a Alemanha, têm processos semelhantes. Portugal também deve ter coragem, porque um sistema de pensões não é só matemática, é, sobretudo, justiça social.

Não podemos continuar a ter um país onde quem contribui pouco recebe muito e quem contribui muito recebe pouco. Isso não é solidariedade, é um roubo a quem trabalha!

Sr.as e Srs. Deputados, a única solução é rasgar este pacote laboral, começar de novo um diálogo sério e verdadeiro, sem estar refém das centrais sindicais.

O partido Chega está disponível para uma reforma laboral a sério, com mais liberdade, mais competitividade, mais Portugal. Não estamos disponíveis para carimbar mais uma imposição falhada de esquerda.

Aplausos do CH.

Os portugueses que trabalham todos os dias merecem mais do que este teatro, merecem verdade, merecem respeito e, acima de tudo, merecem um país onde quem trabalha não seja sempre o último a ser ouvido.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista cinco pedidos de esclarecimento, aos quais, segundo informação chegada à Mesa, o Sr. Deputado responderá em conjuntos de três e depois de dois.

Dou, então, a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, à Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Seco, o senhor, na mesma intervenção, diz que defende os direitos dos trabalhadores e ataca de uma forma absolutamente inacreditável os sindicatos, o direito à greve, que, na verdade, é a arma para os trabalhadores…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para 10 %!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … fazerem valer os seus direitos e a quem nós temos de agradecer os direitos laborais que hoje temos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — 10 %!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Bem, o Chega, nestes 10 meses, tem andado à volta do pacote laboral, muitas vezes apoiando, outras vezes não apoiando e, à medida que vai percebendo o grau de contestação social que este pacote laboral tem, então vai endurecendo o discurso contra o pacote laboral.

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

Mas, hoje, o Sr. Deputado foi muito claro, foi superclaro, diz que a reforma não é construída para os trabalhadores e que o Chega se opõe a este pacote laboral.

Portanto, o que eu depreendo da sua intervenção é que no dia 18 de junho o Chega vai votar contra o pacote laboral.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Da esquerda!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Ou vai deixar o pacote laboral passar naquilo que poderá ser uma moeda de troca em relação ao seu projeto de revisão constitucional?

Vozes do CH: — Oh!…

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Por isso, deixo-lhe agora, de forma, muito clara, Sr. Deputado Paulo Seco, esta pergunta: como é que o Chega vai votar a reforma laboral no dia 18 de junho? Podemos confirmar as nossas suspeitas de haver aqui uma negociação que junte pacote laboral, prestação social única e revisão constitucional?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Seco, tenho de reconhecer uma coisa: o Chega nesta matéria é absolutamente coerente, aliás, como numa data de outros assuntos, ou seja, já disse tudo e o seu contrário. Já foi a favor deste pacote laboral,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Falso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … já foi contra este pacote laboral,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Falso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … hoje de manhã permitiu ao PSD, ao CDS e ao Governo agendá-lo à pressa para o dia 18 de junho, alterando radicalmente a agenda parlamentar.

Portanto, pergunto-lhe: à data de hoje — e deixe-me ver mais ou menos que horas são —, por volta das quatro da tarde, o Chega, no dia em que for votado o pacote laboral, vai votar a favor, contra ou abstenção?

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

Se o Governo quiser passar o pacote laboral à especialidade sem votação, o Chega vai ou não vai viabilizar o requerimento para que o pacote laboral não seja votado na generalidade?

Protestos do CH.

Sr. Deputado, os trabalhadores portugueses têm direito à verdade e está na altura de o Chega dizer o que é que vai fazer quando for votado o pacote laboral, seja na generalidade, seja através do requerimento para ir à especialidade, sem votação.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Seco, o Chega chega sempre a horas ao protesto. Protesta contra tudo e contra todos, mas assim que chega uma reforma, ala que se faz tarde,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mal feitas! Mal feitas!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … o Chega foge: privatização da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), o Chega foge; reforma laboral, o Chega foge; reforma do visto prévio do Tribunal de Contas, o Chega foge; reforma das prestações sociais, o Chega já disse que ia fugir.

Aplausos da IL.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não fugimos de nada! Vocês estão a dar graxa ao Governo!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ou seja, o Chega foge das reformas como o diabo foge da cruz.

Aplausos da IL e do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Graxa ao Governo!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Deputado, já percebemos como é que funciona: é mais fácil um camelo passar por o buraco de uma agulha do que uma reforma passar por essa bancada. Isso é que não passa por essa bancada.

Aplausos da IL e do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Esta reforma é que não passa!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, na economia, o Chega é isto: radical no protesto, conservador no bloqueio e socialista na solução.

O Chega diz que quer combater o socialismo, mas, na hora de modernizar o trabalho, o que faz é correr a sentar-se à mesa da CGTP. Aliás, a sintonia com a CGTP é tão grande que ficamos na dúvida se o Chega já mudou o nome para «CheGTP» e se o camarada Ventura já se candidatou a secretário-geral.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Estás a delirar?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É que, na verdade, a única diferença entre o Chega e a CGTP é que a CGTP faz greves antes de feriado. O Chega faz greves a qualquer reforma que possa passar por este Parlamento.

Risos do Deputado do PSD Fernando Queiroga.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, ah, ah…! Que graça!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Deputado, o vosso partido passou anos a dizer que ia combater o esquerdismo e o sindicalismo ideológico. Hoje, vem para aqui defender exatamente a mesma coisa e o mesmo imobilismo da CGTP.

Protestos do CH.

Portanto, a minha pergunta é simples: como é que os Srs. Deputados vão explicar aos vossos eleitores que a vossa bancada se transformou na bancada do «CheGTP»?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está maluco!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E mais: quem é que manda verdadeiramente nessa bancada, Sr. Deputado? É o Tiago Oliveira ou o Sr. Deputado André Ventura?

Aplausos da IL e do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já não tens remédio!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Seco.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, no que diz respeito à greve, acho que estamos bem conversados: o direito à greve é um direito constitucional, nada temos a opor, mas também há o direito ao trabalho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — E aqueles que querem a greve não podem opor-se a que os outros queiram trabalhar.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Desde a primeira hora que nós fomos contra a forma como está a ser feito este processo. Desde a primeira hora que o Chega se opõe à reforma laboral…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A todas as reformas!

O Sr. **Paulo Seco** CH): — … que o Partido Social Democrata, que sustenta o Governo, quer.

Quero, ainda, dizer que não nos condicionamos por uma questão da revisão constitucional. Jamais o faríamos! Não é pelo facto de haver acordo ou deixar de haver acordo que nós votaremos a favor, ou contra ou abster-nos-emos na questão da revisão laboral. Votaremos contra, porque concluímos que não estamos de acordo com as propostas do Partido Social Democrata.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Já está decidido? Está fechado?

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, dizer que nós dizemos uma coisa e depois dizemos outra parece-me que deve estar a rever-se — um bocadinho de colocação — e a olhar ao espelho: não é o Bloco de Esquerda que faz esse tipo de papel todos os dias? Não me parece que seja o Chega.

Aplausos do CH.

Há uma coisa muito simples: o Partido Chega sempre esteve ao lado dos trabalhadores, sempre estará ao lado dos trabalhadores e sempre defenderá os trabalhadores em qualquer circunstância. Nós andamos na rua e sabemos exatamente do que eles necessitam.

Vozes do CH: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, acho que a resposta ao Bloco enquadra-se também para a IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São iguais!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Parece-me a mim que a questão dos protestos…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vocês é que são iguais!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Não, não somos iguais, até somos perfeitamente diferentes, um tem barba e outro não.

Risos do CH.

Acho que falta à IL descer do pedestal, descer à rua, ir ter com as pessoas comuns em qualquer cidade deste País e perguntar diretamente se elas se reveem na reforma laboral que o PSD e o CDS, que apoiam o Governo, defendem.

Aplausos do CH.

Protestos da IL, do CDS-PP e do Deputado do PSD Alexandre Poço.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Carla Barros, do PSD.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, a intervenção do Sr. Deputado Paulo Seco, do Chega, leva-nos a continuar a saudar o País, o País de hoje que se levantou de manhã para ir trabalhar.

De facto, este é um hino que nós devemos repetir vezes sem conta: saudar o País real,…

Protestos da Deputada do L Patrícia Gonçalves.

… mas também respeitar aqueles que hoje, os dirigentes sindicais, foram para a rua para a greve geral, porque o direito à greve é um direito constitucionalmente previsto e que nós, naturalmente, também respeitamos.

Este Governo tem dado prioridade em ouvir o País real, o País daqueles que trabalham, daqueles que querem melhores salários, daqueles que querem reforço de direitos, daqueles que querem as empresas mais competitivas, com maior produtividade — é esse o País que este Governo quer!

Por isso, Sr. Deputado Paulo Seco, imagine o senhor que este Governo rasgava a reforma e tinha medo dos sindicatos, da UGT, da CGTP, do Partido Socialista… O que seria do País se este Governo tivesse baixado a cabeça a estas ameaças vindas da esquerda? O que seria do País? Seria o País que a história nos conta, a história do País que não se modernizou, que não cresceu.

Por isso, Sr. Deputado, a minha pergunta é muito simples — e pense bem e mude o vocabulário que ali usou, porque o seu fato está igual ao da CGTP e vai ter de o mudar: Sr. Deputado, o senhor e o Chega querem vir para o trampolim e dar pulos e saltos para o País crescer, como o País real quer, ou querem ir para a armadilha da esquerda, esta armadilha que diz e faz de conta que defende os direitos dos trabalhadores e que não conseguiu, ao longo de décadas, com uma governação sem qualquer objetivo, fazer o País crescer?

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Esta reforma atrasa o País!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Sr. Deputado, escolha a armadilha ou o trampolim. Eu, no seu lugar, escolhia o trampolim, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Governo só dá cambalhotas!

O Sr. **Presidente**: — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Dália Miranda, do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até tem de beber água!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Seco fez uma série de considerações sobre as questões de trabalho em dia de greve geral, teceu críticas aos sindicatos e fez declarações de circunstância, que ficam bem no momento, mas que resolvem pouco a vida das pessoas.

Quando falamos do Código do Trabalho, a pergunta que se impõe fazer ao Chega, embora já tenha em parte respondido, é só uma, porque a única pergunta que interessa, verdadeiramente, aos portugueses, aos trabalhadores, aos jovens e às famílias é a seguinte: afinal, pelo que eu percebi, no dia 18 de junho, quando o Código do Trabalho for discutido na generalidade neste Plenário, na hora da verdade, o Chega não vai ser parceiro do Governo?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós, não!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — O Chega não vai ser o parceiro que o Governo precisa para que o Código do Trabalho possa avançar? O Chega vai ou não ser o parceiro do Governo numa matéria que vai afetar milhões de portugueses, que vai afetar todos os jovens do nosso País e todos os trabalhadores?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai ser o PS!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — A resposta a estas questões é a única resposta que interessa aos portugueses. Considerações políticas todos podemos fazer, mas, na hora da verdade, o que vão fazer os senhores?

Sabemos que este pacote laboral não estava no Programa do Governo. Sabemos que o pacote laboral que o Governo quer impor é compreensivelmente rejeitado pela esmagadora maioria dos portugueses.

Sabemos que o pacote laboral que o Governo quer impor traduz recuos com maior gravidade; condena mais e mais jovens à instabilidade, à precariedade, a mais contratos a prazo; quer voltar atrás, ao banco de horas individual, e prejudicar os horários, a estabilidade e as condições das famílias; torna mais fáceis e irreversíveis os despedimentos de tantos e tantos trabalhadores, sobretudo dos mais vulneráveis.

O povo diz que o algodão não engana. E os Srs. Deputados?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Seco, para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Carla Barros, realmente eu podia vestir um fato de *Super-Homem*, levantar-me de manhã e vir salvar o País, mas não me compete a mim; compete aos 230 Deputados que estão neste Hemiciclo —…

Vozes do CH: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — … esse é o ponto número um.

Nós não vivemos de trampolins — embora, muitas vezes, o Hemiciclo seja quase um circo bastante agradável —

Vozes do PSD: — Oh!…

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — … e eu não ando aos saltos, como devem entender.

Relativamente à questão de pertencer à CGTP, jamais, em tempo algum, o Grupo Parlamentar do Chega e eu, pessoalmente, pertencemos a centrais sindicais. O PS e o PSD já não podem dizer o mesmo.

Protestos de Deputados do PSD.

No que diz respeito à questão do pacote laboral, é claro: se o Governo estiver disponível para negociar o *outsourcing*, os despedimentos ilícitos, a questão do banco de horas e muitas mais,…

Protestos de Deputados do PSD.

… acho que temos uma fonte de bom de entendimento entre todos — entre todos, como é evidente.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr.ª Deputada Dália Miranda, vamos falar de uma forma muito prática: com o devido respeito que me assiste e pela atenção que tenho por si e por todos os Deputados, parece-me um tanto ou quanto estranho o Partido Socialista trazer aqui uma questão de moralidade política quando, nos últimos 10 anos, 500 000 jovens saíram deste País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Quem é que estava no Governo? Parece-me que eram o Partido Socialista e o Partido Social Democrata.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Parece que as políticas de um e de outro não funcionam — parece que não funcionam!

Continuação de protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Deputado, eu não o interrompi, nem é para si que estou a falar.

Na verdade, o que o Partido Socialista quer fazer, neste momento, é nada mais nada menos do que uma chicana política a este Governo. Não me compete a mim defendê-lo,…

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

… mas vocês estão a tentar fazer, neste preciso momento, aquilo que não fizeram nos últimos oito anos. Não contem com o partido Chega!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Temos de passar para a próxima declaração política, que é do Partido Socialista. Para o efeito, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sofia Pereira.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Dirijo-me a esta Câmara em dia de greve geral, como todos perceberam. Deixem-me, por favor, pela importância do dia, relembrar uma evidência democrática, que muitos tentam — aliás, hoje, já vários tentaram — desvalorizar: a greve é um direito; é a forma de os portugueses que trabalham se fazerem ouvir, através da sua força, sobre o que são, no final do dia, o seu trabalho, as suas angústias e aquilo que todos os dias este Governo lhes tem vindo a querer tirar.

A maioria do País é trabalhadora. São poucos os que não vivem dos rendimentos do seu trabalho, são poucos os que não dependem do seu salário ao final do mês. Sr.as e Srs. Deputados, são mesmo muito poucos os que não são afetados pelas decisões estruturais — e erradas! — deste Governo.

Esta greve geral é sobre a reforma laboral, mas poderia ser sobre uma causa mais abrangente. Esta greve poderia, muito bem, ser sobre as constantes políticas regressivas deste Governo. Porque elas são positivas para quem? Para uma mulher que quer ser mãe e, precisando de segurança, vê o seu vínculo adiado? Para o jovem que quer sair da casa dos seus pais, mas chega ao banco com um contrato precário e não consegue assegurar que pode ter uma casa?

Que País é este que prolonga contratos a termo, precisamente quando milhares de portugueses precisam de estabilidade para poderem chegar ao banco e pagar uma casa, para poderem construir as suas vidas?

Protestos do Deputado do PSD Joaquim Barbosa.

Que País é este que introduz um banco de horas que torna incerta uma coisa tão simples como poder ir buscar os filhos à escola?

O rendimento disponível dos portugueses é baixo, mas deixem-me relembrar-vos uma coisa: o teto, o preço de uma habitação, está a tornar-se asfixiante para a maior parte dos portugueses, para a maior parte dos jovens portugueses. Esta incerteza laboral tornou-se um obstáculo aos sonhos concretos de milhares de jovens.

Estas questões até parecem separadas, mas não o são, Sr.as e Srs. Deputados. Quem vive na incerteza laboral vive também na dificuldade de aceder a um crédito; quem não consegue aceder ao crédito fica mais exposto a um mercado de arrendamento que é cada vez mais caro. E é por isso que esta reforma laboral e a habitação são as duas faces do mesmo problema.

Sr.as e Srs. Deputados, o Banco de Portugal diz-nos que, em Portugal, comprar uma casa mediana pode representar uma taxa de esforço de 102 % para uma família com rendimento mediano — 102 %, Sr.as e Srs. Deputados!

Mesmo entregando todo o seu rendimento, não conseguem pagar uma casa — é disto que se orgulham?

Mas entretanto, com todo este rendimento que não chega, neste País, com estes números, com esta pressão, o Governo decide vender património público do Estado que poderia dar respostas à habitação.

Relembro que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 159/2025 colocou em processo de alienação 16 imóveis públicos. Dez dessas casas são em Lisboa, precisamente na cidade onde cada vez mais a habitação tem a sua expressão mais brutal, e dois desses imóveis já foram vendidos! Eu relembro, para quem não se recorda: um na Rua Filipe Folque e o outro na Avenida Visconde de Valmor. Foram vendidos abaixo da mediana do valor de mercado e a mais de 40 %.

Relembro-vos…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Isso é o que eu quero ouvir! Abaixo da mediana!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Tenham calma, Srs. Deputados, eu sei que é complexo, mas reparem: o conjunto dos imóveis públicos libertados para a concentração dos serviços públicos poderia representar 450 alojamentos, 450 casas em Lisboa,…

Aplausos do PS.

… na cidade onde os jovens e a classe média não conseguem viver. Deviam envergonhar-se e pedir desculpa aos portugueses.

O Governo podia ter colocado estes imóveis ao serviço das pessoas, podia ter estudado soluções de habitação pública acessível, podia ter mobilizado o património do Estado para responder a uma emergência nacional; mas decidiu vendê-los — preferiu! E esta escolha tem consequências. Sabem qual é a consequência? É que este Governo, que escolhe este caminho, não percebe nada do que se passa no País,…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Oh!…

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — … não percebe de que é que os portugueses precisam, e a única coisa para que serve é para agravar a crise na habitação.

Aplausos do PS.

Por isso, pergunto-vos sinceramente: acham mesmo que está melhor? Acham mesmo que isto está melhor com um Governo que promove a especulação, que é muito forte com os fracos, mas é mesmo muito fraco com os fortes?

Acham que estas reformas vão ajudar um jovem que chega ao banco, com um contrato precário, a pedir crédito para uma casa, com estes preços especulativos, que os senhores aparentemente adoram?

Acham que, depois de dois Governos, três pacotes e dois anos de anúncios vazios, a habitação está melhor? Têm a lata de dizer isso a um português?

Reparem, os incentivos que dão aos senhorios resolveram o problema das rendas? Conseguem dizer aos portugueses, quando os olham nos olhos, que os preços das casas estão mais baixos ou que podem comportar o cabaz alimentar? Quando olham para as rendas, para os salários, para a prestação do banco, conseguem dizer-lhes que a sua vida ficou mais fácil, Sr.as e Srs. Deputados?

O que estão a fazer? Estão a fazer alguma coisa para mobilizar o património do Estado, para o reabilitar em larga escala, para que tenhamos um parque habitacional público digno do seu nome? Sr.as e Srs. Deputados, se forem sérios vão responder que não.

Protestos de Deputados do PSD.

Este Governo está a construir um País que é mais inseguro para quem trabalha, é mais caro para quem precisa de uma casa.

Deixem-me dizer-vos que o ónus sobre o estado do País não podia mesmo ser mais objetivo. Podem agitar o papão de Governos passados, mas vocês — o Partido Social Democrata —…

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Não é «vocês», é «os senhores».

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — … governam duas das maiores cidades do País, ocupam dois terços da direita desta Assembleia, já constituíram dois Governos e venceram duas eleições. Celebram desenfreadamente o próprio poder, mas os Srs. Deputados e este Governo não são capazes de se responsabilizar por absolutamente nada! Não têm a coragem política de se responsabilizar pelos vossos insucessos, pelo fracasso de Portugal — é a vossa marca que está no insucesso dos portugueses.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — É a do PS! Estás a falar para o teu partido!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Os vossos acordos e entreajuda responsabilizam uma direita que não responde pelo estado de vida dos jovens em Portugal e pela classe média.

Agitam-se nas bancadas, acenam autoridade, falam mais alto, mas há uma coisa que não fazem: não servem os portugueses, não servem esta geração, não servem os que estão lá fora — também no dia de hoje — a garantir que tentam ser ouvidos, apesar de os desvalorizarem.

Do trabalho à habitação, falham com portugueses, falham com Portugal. Têm de começar, de forma mais humilde e até mais patriótica, a responder pelo País que estão a construir ou, neste caso, a destruir.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem quatro pedidos de esclarecimento, e presumo que responda dois a dois. Certo?

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eliseu Neves, do Chega, para o primeiro pedido de esclarecimento.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Sofia Pereira, aquelas suas palavras, interpreto-as como demagogia política.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (CH): — Ah!…

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — O legado do Partido Socialista, na habitação, é o retrato perfeito desta desgovernação.

Durante anos, o PS insistiu em receitas ideológicas que asfixiaram o mercado, atacaram os proprietários e falharam estrondosamente com os portugueses. Prometeram milhares de casas públicas com fundos do PRR, mas a execução foi uma miragem e o parque público continua residual.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — É só inaugurar!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Ao preferir o congelamento de rendas e o pânico regulatório, o PS conseguiu o oposto do que pretendia: afugentou o investimento, retirou milhares de imóveis do mercado de arrendamento e empurrou as rendas para valores incomportáveis.

Destruíram a confiança de quem investe e a esperança de quem procura um teto. A habitação não se resolve com propaganda ou com o Estado a querer controlar tudo, mas sim com estabilidade, confiança e choque de oferta.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Se o Estado oferecer casas!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Perante o falhanço absoluto das vossas políticas, deixo uma pergunta clara e direta à bancada do Partido Socialista: como é que o PS justifica ter governado durante tantos anos, prometendo habitação acessível, quando a única coisa que entregou ao País foi um mercado destruído, com rendas recorde e milhares de jovens — milhares de jovens! — empurrados para fora de Portugal por não conseguirem pagar uma casa?

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Sofia Pereira, Portugal teve, no ano passado, uma das subidas mais acentuadas da União Europeia no preço das casas: 16 %, já descontando a inflação.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Desde 2015!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Na zona euro, Portugal foi mesmo o país com a maior subida, em contraciclo com as maiores economias europeias, como a Alemanha e a França.

Mas o Governo e o Ministro das Finanças parecem estar cada vez mais desligados da realidade da maioria das pessoas. Há dias, o Sr. Ministro das Finanças dizia, com uma leveza gritante, que 2300 € são uma renda moderada, porque anda por Benfica e é isso que vê. Pois bem, se existem rendas de 2300 €, isso não demonstra que sejam moderadas; demonstra, precisamente, a dimensão dramática da crise da habitação num país em que o salário mediano líquido fica 1000 € abaixo desse valor.

Quando o Governo prescinde da receita fiscal, fá-lo para atingir um objetivo político. Neste caso, o objetivo deveria ser aumentar a oferta e reduzir os preços, mas as medidas que o Governo tem levado a cabo têm exatamente o efeito contrário: proteger e incentivar segmentos de mercado já inacessíveis para a maioria das pessoas.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — A pergunta é para o PS!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Instituições internacionais, como a OCDE e o FMI (Fundo Monetário Internacional), dão razão ao que o Livre diz há muito tempo: as isenções de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e de imposto do selo inflacionaram os preços finais e enriqueceram promotores; e a descida do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) na construção e do IRS para estas rendas

moderadas estimula a procura num mercado já asfixiado, aumentando as margens de lucro dos grandes promotores.

Pergunto, assim, Sr.ª Deputada: o PS não considera extraordinário que o Governo use o dinheiro de todos os contribuintes para prescindir de receita fiscal e subsidiar promotores imobiliários, anunciando que está a ajudar a classe média, quando, na verdade, está apenas a ajudar quem já consegue pagar uma renda de 2300 €?

É um Governo que não se preocupa com a sobrecarga financeira com o custo da habitação para tantas famílias que empurram despesas, como a alimentação e a educação, para segundo plano, para poderem suprir o custo da casa.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Sofia Pereira, tem a palavra para responder.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, agradeço as questões e, a propósito da questão do Sr. Deputado do Chega, deixe-me dizer-lhe que com as interpretações que retira das palavras que digo convivo eu bem. Pensei que ia usar o tempo, que o seu colega não usou, para dizer se vão, ou não, aprovar o pacote laboral.

Aplausos do PS.

Mas também, o que dissessem não poderia ser levado a sério, porque o que dizem de manhã não dizem à tarde. E como não têm absolutamente nada para acrescentar, seja na habitação, seja no trabalho, seja na mobilidade,…

O Sr. **José Carlos Barbosa** (CH): — Zero!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Eu já estive aí, sabes?! Conheço-vos a todos!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — … papagueiam um conjunto de coisas que acabam por não ter um mínimo de tradução na vida das pessoas.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Conheço-vos a todos de ginjeira!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Portanto, Sr. Deputado, da vossa parte…

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — A todos!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Pode ter calma, pode-se acalmar! De facto, quando nós dizemos que vocês nada fazem, porque não têm nada para acrescentar, ficam muito enervados,…

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — O que é que vocês fizeram para mudar?!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — … mas não precisam de ficar! No final do dia, aquilo que dizem de manhã não dizem à noite, portanto nem vos levo a sério.

Em relação à pergunta da Sr.ª Deputada do Livre, de facto, mais do que extraordinário, acho lamentável que um Governo que vê o custo de vida das pessoas da classe média e dos jovens a agravar-se decida estar contra eles.

Quando a direita está no Governo, não tem nada para acrescentar aos trabalhadores. Só retiram! As casas ficam mais caras, promovem a especulação,…

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

… os edifícios públicos que poderiam ser reconvertidos em casas para viver — Sr.as e Srs. Deputados, para as pessoas poderem viver! — são entregues à especulação do mercado e não garantem que as pessoas possam ter uma casa digna onde viver neste País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — O que é que fizeram para alterar?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Porque é que não o fizeram?

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Srs. Deputados, nós não queremos que os portugueses sobrevivam em Portugal.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — E o que é que fizeram?!

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Ainda não era nascida!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Nós queremos que os portugueses vivam dignamente.

Uma casa com uma renda de 2300 €?! Certamente, o Sr. Ministro da Habitação, o Sr. Ministro das Finanças e o próprio Sr. Primeiro-Ministro hão de governar para algum país, mas não é para o País da classe média,…

Aplausos do PS.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — O que é que vocês fizeram para mudar?!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — … não é para o País dos jovens, não é para o País que está lá fora, ao dia de hoje, a dizer que as vossas políticas são regressivas e que não respondem à real necessidade de um português para garantir que pode viver dignamente em Portugal.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — O que é que fizeram na vossa altura? Diga, Sr.ª Deputada!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Portanto, deixem-me dizer-vos que até trago uma notícia que revela bem como é este Governo: «O peso cada vez maior com despesas na habitação está a empurrar famílias para o limiar da pobreza.»

A oradora exibiu a notícia que mencionou.

Esta é a cara do PSD, esta é a cara do Governo da AD — é isto que representam, é isto que representam!

Aplausos do PS.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — A Sr.ª Deputada não sabe o que é democracia! É alimentar os vossos clientes!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Aprovem lá o pacote laboral com estes, que empobrecem os portugueses!

Continuação de aplausos do PS.

Aprovem o pacote laboral com os que empobrecem os portugueses!

Protestos do Deputado do CH Eliseu Neves e contraprotestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — A ti, conheço-te de ginjeira!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sr.as e Srs. Deputados, queria apenas dizer-vos que, de facto, o Partido Socialista não só acha isto extraordinário como acha lamentável. E vamos, todos os dias — seja nos dias de greve geral, seja em todos os outros —, garantir que os portugueses estão representados, e não temos medo de ir à rua dizer aos Srs. Deputados, que convivem muito mal com a democracia, que vamos estar cá para os defender, do primeiro ao último dia.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Eliseu Neves.

O Sr. **Presidente**: — Prestado este esclarecimento aos dois pedidos anteriores, passemos agora à Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, também para pedir esclarecimentos. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Sofia Pereira, António Costa — não sei se conhece!? —…

Risos de Deputados da IL e do PSD.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não, está longe!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — … garantiu que iria erradicar as carências habitacionais,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — As únicas casas que foram pagas foram essas.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — … em Portugal, até ao 25 de Abril de 2024.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Já lá vai!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Estamos em 2026.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E sem se rir! Disse isso sem se rir!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Pedro Nuno Santos — não sei se conhece!? —…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Está ali!

O orador apontou para a bancada do PS.

Está ali, escondido!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Já não o conhece!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — … afirmou que nem o PS fez o suficiente, ao longo dos últimos 50 anos, em matéria de habitação.

José Luís Carneiro — não sei se conhece!? — afirmou que as respostas para a crise habitacional fazem parte do conhecimento do País.

Atualmente, temos 137 000 famílias a viver em condições indignas. O *stock* habitacional público é de 2 % e o Estado continua à procura dos devolutos. O que é que os senhores do Partido Socialista fizeram enquanto foram Governo?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nada!…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isto é retórico!

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Mas a pergunta que eu lhe queria mesmo fazer, Sr.ª Deputada, era a seguinte: o Partido Socialista era muito conhecido por ter um *focus group*, que vos dizia aquilo que vocês deveriam e não deveriam fazer —…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E pensar!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — … vocês despediram essas pessoas? É que o PS vir falar de habitação é uma heresia, é uma pouca-vergonha!

Portanto, a minha pergunta é: despediram essas pessoas que faziam parte do *focus group*? Sim ou não?

Aplausos da IL e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **Presidente**: — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço, do PSD.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Sofia Oliveira…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Pereira.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sofia Pereira, peço desculpa.

A Sr.ª Deputada deve saber que, nos anos 90, o País teve um programa para a erradicação dos bairros de lata que foi fundamental.

Nesta matéria, Sr.ª Deputada Sofia Pereira — eu estava a ouvi-la e lembrei-me desse programa, o PER (Programa Especial de Realojamento), que erradicou milhares de bairros de lata do nosso País —, permita-me dizer o seguinte: na área da habitação, como o seu partido e os anteriores Governos do Partido Socialista não têm propriamente um currículo para apresentar, têm antes um cadastro,…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… penso que o País precisava de um novo PER, desta vez dirigido à lata com que o Partido Socialista participa nos debates sobre habitação.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Mas permita-me dizer também, Sr.ª Deputada, que a Sr.ª Deputada fez tábua rasa de um conjunto de medidas importantes que já aprovámos nesta Casa: o IVA a 6 %; licenciamentos mais rápidos; a possibilidade de os inquilinos terem uma maior dedução das rendas em sede de IRS; as 20 000 casas já entregues no PRR, quando só recebemos um PRR financiado para 16 000 casas…

Vozes do PS: — Oh!…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … e, até agosto, vamos entregar as 26 000.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Olha o corta-fitas!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Mas Sr.ª Deputada, permita-me dizer o seguinte: há quatro anos — eu era líder de uma juventude partidária e Deputado nesta Casa —, quando tinha uma função homóloga à sua, falei aqui da Ana, dos Olivais,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Olivais está à espera!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … e exigi duas medidas: a isenção de impostos na compra da primeira casa e a garantia pública.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não se consegue comprar casa! Eu vivo nos Olivais, o preço disparou!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ao fim de quatro anos, tenho muito orgulho de que essas medidas, que defendi enquanto líder da minha juventude partidária, já tenham, hoje, atingido 100 000 jovens.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª Deputada não teve uma palavra para os 100 000 jovens que já compraram casa!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Sofia Pereira, tem a palavra para responder a estes dois pedidos de esclarecimento.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, permita-me dizer-lhe que se estão 20 000 casas em construção é porque o Partido Socialista as pôs no PRR.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD e da IL.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Se calhar, esses dados esqueceu-se de ir ver!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — No papel!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Era importante ir ver, era importante! Portanto, a propósito de lições de moral da Iniciativa Liberal, bom…

Permitam-me apenas dizer, porque foram mais ou menos no mesmo sentido, como de resto têm vindo a estar: Sr. Deputado Alexandre Moço…

Risos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Peço desculpa, Alexandre Poço — peço desculpa enganar-me!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Eu foi sem querer!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Deixe-me dizer-lhe que se gaba dos quase 100 000 jovens que acederam a essa política pública, mas o que me pergunto é se se recordam dos 1,2 milhões de jovens, entre os 20 e os 35 anos, que continuam a não conseguir comprar a casa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Emigraram! No vosso tempo!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — É porque só governam mesmo para alguns!

Protestos de Deputados do PSD.

Aplausos do PS.

Continuam a só governar para alguns, e eu agradeço-lhe, de facto, que tenha vindo relembrar a quantidade de jovens que colocaram de fora das vossas políticas públicas.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Cem mil! Cem mil!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — De facto, é elucidativo.

Permita-me dizer-lhe uma coisa: do que se gaba o PSD, do que se gaba este Governo é, sistematicamente, de serem campeões da especulação, campeões a agravarem a crise na habitação, campeões a não compreenderem a vida real dos portugueses.

Protestos de Deputados do PSD.

E aquela mentalidade que o Sr. Primeiro-Ministro recordava e que queria, a mentalidade CR7, que não tem noção do País em que vive, acaba por trazer uma realidade muito interessante. É que, a certa altura, com as vossas políticas regressivas, na habitação como no resto, vai mesmo acabar por ser só o CR7 a conseguir comprar ou arrendar casa em Portugal!

Aplausos do PS.

Mais ninguém, Sr. Deputado!

E se é disto que se orgulha — eu espero que não, espero que não! —…

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Ó Eurico, deves ter uma fábrica! Saem todos iguais!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — … mais do que terem vergonha das vossas políticas de habitação, das políticas no trabalho, daquilo que têm vindo a apresentar, deviam pedir desculpa aos portugueses por fazerem gala em tornarem as suas vidas mais difíceis, por agravarem o custo de vida, por tirarem os jovens dos centros urbanos…

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

… e não lhes darem condições para sobreviver no nosso País. Peçam desculpa aos portugueses, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, presumo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, confesso-lhe, desde já, que não é uma verdadeira interpelação à Mesa,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … mas creio, sinceramente,…

Protestos de Deputados do PS.

… que a minha intervenção vai merecer o aplauso de toda a Câmara.

Hoje é um dia verdadeiramente importante para Portugal e que merece ser anunciado neste Parlamento: Portugal acaba de ser eleito membro do Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas), à primeira, e julgo que isso merece o aplauso de toda a Câmara.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Digamos que foi uma tolerância — que espero que se tenha esgotado, hoje — pelo motivo que ela justifica.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Só notícias boas!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Venderam-se à Palestina! Foi o que vocês fizeram!

O Sr. **Presidente**: — Agora, para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje é dia de greve geral, a décima primeira greve geral que temos em democracia. É preciso também dizer que o direito à sindicalização é, antes de mais, uma das maiores expressões do direito à livre associação. Foi uma conquista graças à qual, hoje, há muitos sindicatos e comissões de trabalhadores independentes, que fazem um trabalho fundamental por quem representam.

Mas há uma diferença entre exercer esse direito de representação dos seus associados e reclamar para si a representação de todos os trabalhadores. Por isso, a pergunta deste debate é a seguinte: quem fala, hoje, pelos trabalhadores portugueses?

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, há em Portugal um hábito antigo, o de escrever o direito no papel e esperar.

Temos uma Constituição generosa — uma das mais generosas do mundo. Nessa Constituição, escreveu-se o direito à habitação: esperou-se, degradou-se. Escreveu-se o direito à saúde: esperou-se, degradou-se. Escreveu-se o direito à igualdade de oportunidades: esperou-se, degradou-se. Escreveu-se o direito à segurança no emprego: esperou-se, degradou-se.

Enfim, é assim que acabamos: um país de grandes gestos e pequenas consequências. Mas que consequências são essas, então? Temos um dos mercados de trabalho mais rígidos da OCDE: proteção, no papel, para uns; emigração para outros; precariedade para os que ficam.

É isto que a greve geral de hoje quer congelar, é este o lema desta greve geral. Pois, vejamos: em Portugal, o nível de proteção dos contratos sem termo é o 4.º mais alto da União Europeia…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É isso mesmo!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … e cerca de 16 % dos trabalhadores estão a prazo — um dos valores mais altos da UE (União Europeia) —, proporção que ultrapassa em 37 % os jovens; e a produtividade, 28 % abaixo da média da União Europeia.

Tudo isto quando já temos uma das legislações mais rígidas, muito mais rígida do que as dos países para onde os nossos jovens estão, todos os dias, a emigrar.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Porque lá, nos países para onde esses jovens emigram, há segurança no desemprego e há flexibilidade no trabalho — o regime é de flexissegurança —,…

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … e os sindicatos são mesmo sindicatos, são mesmo independentes e representam mesmo os seus trabalhadores.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Isso mesmo!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Pois muito bem, hoje é dia de greve geral, mas o nosso tempo é de greve geracional.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Greve geracional, contra a greve geral dos sindicatos que vivem no século passado; contra os sindicatos que representam 7 %, contra os outros 93 %; contra os sindicatos que defendem o emprego de quem já o tem e fecham a porta a quem o procura;…

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … contra os sindicatos que só fazem greve quando governa a direita; e contra os sindicatos que acham normal marcar sempre greve à quarta-feira, para aproveitar o feriado à quinta.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Ao longo das últimas décadas, assistimos à maior greve geracional em democracia, e os culpados estão todos aqui dentro, ao lado dos que, hoje, protestam lá fora. Do Bloco de Esquerda ao Chega, são todos, mas todos mesmo, cúmplices do nosso atraso histórico.

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que vale é que a IL anda de mão dada com o Bloco de Esquerda no 25 de Abril!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, um sindicato livre presta um serviço aos seus associados: representa-os, informa-os, dá-lhes força para negociar; e retira a sua força de uma única fonte, que são os seus membros — não é de partidos, não é da concertação social.

Mas em Portugal é ao contrário: temos sindicatos que, representando poucos, se servem do Estado para mandar em todos. Negoceiam por uma minoria, 10 % dos trabalhadores do privado, e, depois, por portaria de extensão, o Governo estende esse acordo para quem nunca se sentou à mesa.

Mas Sr. Presidente, perguntei, há pouco, quem é que representam estes sindicatos, e respondo: em democracia, ninguém fala por uma classe; em democracia, cada indivíduo fala por si.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — É o indivíduo que provoca a greve!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Cada associação fala pelos seus, e esta Assembleia é quem fala por todos!

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por isso, admira muito pouco que, na nossa concertação social, se sentem os mesmos de sempre — mesmo que sejam cada vez menos representativos —, porque ela nunca foi desenhada para ser representativa; foi, sim, desenhada para satisfazer os interesses dos partidos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Esse, sim, é o grande *outsourcing* da democracia portuguesa, feito sempre na antecâmara da Assembleia da República.

Se este Parlamento quisesse uma contestação social representativa, teria aprovado a proposta da Iniciativa Liberal para a rever, e ter-nos-íamos aproximado daquilo que muitos países já fizeram há 30 anos.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Olha, olha!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E se exemplos internacionais não vos bastam, quem o disse, em audição, na Assembleia da República, foi o próprio presidente do Conselho Económico e Social.

Ao invés disso, o que é que temos? Uma concertação social parada no tempo e um Governo que se sujeitou a arrastar-se por um ano em negociações — para nada!

E voltamos ao início. E no início havia o mandato e o mandato era de mudança. No fim, ficarão as responsabilidades e que fiquem bem claras: hoje, há quem faça greve para defender o País que temos, mas nós estamos aqui para defender o País que os portugueses merecem.

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem quatro pedidos de esclarecimento e sinaliza à Mesa que responderá em dois blocos de dois.

Para um primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Taxa, do Chega.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, metem-me em cada alhada! De facto, ouvir a Iniciativa Liberal é uma coisa esfuziante. Pergunta o Sr. Deputado: Mas, afinal, quem é que fala para os trabalhadores? Ó Sr. Deputado, lamento dizer isto assim, mas a IL é que não é de certeza, a IL é que não é de certeza!

Aplausos do CH.

Aliás, a única coisa que a sua Presidente teve para dizer aos trabalhadores é que temos de despedir trabalhadores na função pública. Ora bem, talvez fosse melhor fazer uma avaliação do que falta — e falta muito! — e reafectar as pessoas aos serviços que são necessários, mas não despedi-las! Os senhores estão-se nas tintas para os trabalhadores!

Aplausos do CH.

Ó Sr. Deputado, permita-me também, com toda a simpatia que sabe que tenho por si, e porque vieram para aqui com, enfim, frases que metem agulhas e metem camelos…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nem na Bíblia!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Os Srs. Deputados da Iniciativa Liberal sofrem…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não está em casa!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Esteja caladinho e ouça!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Esteja caladinho?!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Os Srs. Deputados da Iniciativa Liberal sofrem da síndrome do chihuahua — ladram muito, mas não metem medo a ninguém.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Mas quem é que é o chihuahua?

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Deputado, tem de ouvir, eu sei que custa, eu sei que dói, é uma chatice, já ninguém vai na sua conversa, mas agora tem de estar calado e tem de ouvir. É assim que funciona, Sr. Deputado, é assim que funciona.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — São apartes regimentais!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ó Sr. Deputado, esteja calado, vá lá ver, não se enerve!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Rodrigo Taxa…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, então, ajude-me, se faz favor.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado repetiu três vezes e mandou calar os Deputados, mas aqui quem dá a palavra ou manda calar…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Então faça-o!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — … ainda é o Presidente da Mesa.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Então faça-o!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, estavam reunidas as condições para o Sr. Deputado continuar…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não, não estavam.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Eu não estou em diálogo consigo, estou a dar-lhe uma informação a partir da Mesa.

Se faz favor, retome a palavra, mas peço-lhe que não siga essa linha.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, com o devido respeito, eu estava no uso da minha palavra, tal como esteve o Sr. Deputado, e eu não o interrompi. O Sr. Deputado tem de ouvir a resposta, não é?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A pergunta!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — É simples. E, portanto, a moral é toda!

Sr. Deputado, a pergunta que lhe deixo é a seguinte: entre uma direita social, que é a nossa, e uma direita selvagem, que é a vossa, o que é que têm para dar aos trabalhadores? É que ainda não disseram nada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Aprendam connosco, Srs. Deputados. É por isso que entrámos no Parlamento no mesmo momento, nós estamos com 60 Deputados e os senhores mantêm-se nessa tristeza.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Paula Bernardo, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a intervenção da Iniciativa Liberal não é nova nem surpreende — mais uma vez, é um ataque aos sindicatos — e é, aliás, profundamente coerente. Quando se trata de escolher, a Iniciativa Liberal escolhe sempre o lado de quem emprega e nunca o lado de quem trabalha.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é falso!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — A IL fala recorrentemente da falta de representatividade dos sindicatos, mas os sindicatos representam todos os trabalhadores,…

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — … sendo ainda das organizações mais representativas da sociedade e até, porventura, mais representativas do que partidos que estão aqui hoje nesta Assembleia.

Protestos da IL.

A IL fala de sindicatos presos ao passado, como forças de bloqueio, mas esse passado é o passado que construiu os direitos de hoje, que resultaram em muito do trabalho sindical. E naqueles momentos também houve quem os acusasse de serem imobilistas, quem quisesse reduzir a sua capacidade de intervenção, como se pretende agora, nomeadamente com a proposta Trabalho XXI.

São normalmente as vozes que acusam os sindicatos de imobilismo ou de estarem ultrapassados que apresentam soluções que nos fazem recuar para um passado. Recuar na proteção do trabalho, recuar no equilíbrio das forças laborais, recuar na valorização de quem trabalha.

Os sindicatos discutem o futuro, discutem-no quando discutem qualificação, quando discutem formação, quando discutem segurança no trabalho, até quando discutem inteligência artificial. E, permitam-me que o diga, se há uma proposta na reforma Trabalho XXI que o Governo apresentou sobre inteligência artificial, ela deve-se ao sindicato e não ao Governo, que quer tanta modernidade.

Isso leva-me a uma pergunta simples: quem é que precisa, afinal, de entrar no século XXI em matéria laboral? Serão os sindicatos ou serão os outros, com visões liberais, que ainda não compreenderam que sem direitos não há trabalho digno e que sem trabalho digno não há economia sustentável?

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Pergunto à IL se não acha que seria o momento de ter trazido também uma reflexão sobre o associativismo empresarial — a sua representatividade, a sua modernidade, a sua capacidade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Vá ler! Está lá, está lá!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Não, não está.

Sr.as e Srs. Deputados, o problema não está nos sindicatos estarem presos ao passado. O problema é de quem diz que quer modernidade, mas defende sempre as soluções do passado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rodrigo Taxa, não vou precisar de lhe dedicar muito tempo,…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Porque não consegue!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … porque, na realidade, o exercício que aqui fez não merece grande resposta.

O que o Sr. Deputado veio aqui dizer foi: «Nós temos muitos Deputados e por isso nós somos melhores!»

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não foi nada disso!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Deputado Rodrigo Taxa, antes de haver o Chega, passaram muitos Deputados, centenas de Deputados por esta Assembleia que cometeram muitos erros, erros que os senhores estão sempre a denunciar a toda a hora. Portanto, o facto de terem mais Deputados do que outros não diz rigorosamente nada.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — O que é que isto tem a ver?

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — A Iniciativa Liberal prefere ter menos Deputados, mas estar no caminho certo. Não temos qualquer problema com isso, Sr. Deputado.

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

Muito mais importante é o valor da verdade. E a verdade é a seguinte, Sr. Deputado: o Sr. Deputado e o seu partido vinham cá, vinham partir tudo, iam destruir o Estado de cima a baixo, iam fazer isto tudo de novo, porque eles eram todos corruptos, mas agora fala-se num despedimento e já ficam todos cheios de medo. Estão cheios de medo, Sr. Deputado!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não é nada disso!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É a medo que estão hoje lá fora a apoiar a CGTP. É um partido cheio de medo do País que tem. Não está pronto para reformar, não está pronto para os nossos desafios!

Protestos do CH.

Sr.ª Deputada do Partido Socialista, eu convido-a a consultar a nossa proposta de revisão da concertação social, na qual também propomos que se incluam mais associações empresariais, justamente por considerarmos que as que lá estão não são suficientemente representativas.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Discutam-nas aqui!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Há aqui um aspeto, Sr.ª Deputada, ao qual temos de voltar. A Sr.ª Deputada tem de compreender que Portugal não vive num regime corporativista, Portugal não é uma corporação. As associações representam-se a si mesmas, não representam classes!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não existe representação de classe em Portugal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Como é óbvio!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Somos uma democracia liberal. Quem representa todos é esta Assembleia. Os sindicatos representam-se a si próprios. As associações empresariais representam os seus associados.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Se outros quiserem ser representados, então adiram a esses sindicatos.

Pois, Sr.ª Deputada, eu convido-a a refletir porque é que tivemos uma queda tão grande nas últimas décadas na adesão aos sindicatos. É muito simples, Sr.ª Deputada, é porque não é preciso estar no sindicato, eles negoceiam sempre por todos. Depois, é claro que está tudo a cair, porque noutros países, nos nossos países de referência — Dinamarca, Holanda, Norte da Europa —, os sindicatos são fortes. E sabe porque é que são fortes? Porque é preciso estar num sindicato para se ser representado por um sindicato,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … como é normalíssimo, Sr.ª Deputada. Isto é que é normalíssimo. Portugal é que é uma anomalia na Europa, na sua legislação laboral. Portugal é uma anomalia e está na hora de corrigir, está na hora de aprovar a proposta da Iniciativa Liberal para ter uma concertação social que seja realmente representativa.

Aplausos da IL.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, ouvi o Sr. Deputado Jorge Teixeira dizer que a Iniciativa Liberal estava no caminho certo. Eu queria distribuir a sondagem que saiu no *Expresso*, onde a Iniciativa Liberal está atrás do Livre e do PCP. Se esse é o caminho certo, continuem!

Aplausos do CH.

Protestos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada…

Continuação de protestos da IL.

Srs. Deputados, já fechámos esse episódio.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Teixeira, se o foco da Iniciativa Liberal é meter a motosserra nos sindicatos, diminuir a sindicalização e atacar o direito à greve, que medidas propõe a IL para reforçar a capacidade de organização coletiva dos trabalhadores, em vez de a enfraquecer?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ora bem! É só conversa!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — A vossa motosserra, Sr. Deputado, não existe em países como a Suécia ou a Dinamarca.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ora bem!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Quando fala em pluralismo sindical, pretende reforçar a representação dos trabalhadores ou enfraquecê-la, ao ponto de reduzir ou até extinguir a sua capacidade negocial?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não, não!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — A IL fala do indivíduo, mas, Sr. Deputado, não é o indivíduo que convoca a greve. As greves só podem ser convocadas por sindicatos.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Exatamente!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Se o trabalhador individual tem menos poder económico e jurídico do que a entidade empregadora, por que entende a IL que enfraquecer os mecanismos coletivos de negociação melhora a liberdade contratual dos trabalhadores?

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

A liberdade contratual é efetivamente liberdade quando uma das partes pode escolher e a outra apenas aceitar?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ora bem!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Acham mesmo que isso é liberdade, Sr. Deputado?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um último pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Martins, do PSD.

O Sr. **Francisco José Martins** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Teixeira, trouxe a este debate um tema que é muito importante para o PSD. Estamos a falar de sindicalismo, estamos a falar daquilo que tem a ver com a concertação social — ou não fosse exatamente a concertação social aquela que é a aposta do PSD quando se fala em legislação laboral. Foi assim sempre, ao longo dos anos. De resto, o exemplo que tivemos neste pacote laboral é bem elucidativo da importância que o Governo deu e que reveste, para tentar buscar, com ambas as partes, aquele que é o denominador comum.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco José Martins** (PSD): — Por isso, é muito importante, e é importante vê-lo no sentido positivo, isto é: o que é que significam os sindicatos? O que é que eles podem trazer para a discussão?

Podem trazer aquilo que muito se disse aqui — não apenas concertação social, no sentido macro, mas também discutir as contratações coletivas —, como também outra coisa que, infelizmente, talvez não suceda,

que seria determinante e que estamos outra vez a discutir no pacote laboral. É que os sindicatos deviam, e bem, ter capacidade, eles próprios, para junto dos seus associados apoiarem e fazerem a pedagogia daquilo que está em cima da mesa. Não importa estar aqui a criticar, como nós ouvimos permanentemente, e a dizer que a reforma laboral realmente não serve, não interessa, mas não discutir em concreto aquilo que ela tem de significado, aquilo que ela tem de importância e a mudança que realmente está subjacente a tudo isso.

Nós falamos da União Europeia. É triste ver aqui certos partidos, como o Partido Socialista, que se diz um partido europeísta, que defende realmente a democracia, que olha para as democracias europeias — onde o nível de vida dos locais, dos trabalhadores desses países, é o que é, à luz realmente daquilo que é a concertação social, onde os sindicatos são fortes, onde há capacidade para tal —, mas que aqui se refugia naquilo que é uma geringonça global para nada fazer, nada fazer no sentido de fazer essa pedagogia.

Por conseguinte, sindicatos sim, sindicatos construtivos, o PSD assim está, lutará até ao fim, e esta é a sede própria. No dia 18 cá estaremos para decidir, de forma séria e responsável, o que é a reforma laboral.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Filipa Pinto, lamento dizer-lhe, mas não é preciso nenhuma motosserra nos sindicatos. É só deixar andar. É só deixar tudo como está que a motosserra cai sozinha. Sr.ª Deputada, vá ver os números da adesão aos sindicatos em Portugal desde os anos 70. Caíram brutalmente, caíram a pique.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Hoje, os sindicatos, os trabalhadores sindicalizados, são uma minoria em Portugal — 10 % do setor privado. Os sindicatos dependem, hoje, do setor público, Sr.ª Deputada. A Sr.ª Deputada devia refletir porquê, mas eu posso dar-lhe uma pista, e já referi isso há bocado. Sr.ª Deputada, se há portarias de extensão, se os acordos são sempre todos generalizados, não há necessidade de captar mais membros, não há necessidade de se chegar a novos setores da economia. Veja, Sr.ª Deputada, o que aconteceu nos anos 90 na Holanda, quando se deu a grande emergência da economia de serviços e introduziram-se novas pessoas. E aí começou a refletir-se sobre como é que tínhamos de adaptar a legislação laboral a uma nova economia.

Portugal nunca fez esse exercício. E Portugal já mudou muito nos últimos 30 anos. Esse exercício tem de ser feito, mas não é com estes sindicatos que não querem que nada mude…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … e que nem percebem como é que isto funciona.

Isto leva-me à pergunta do Sr. Deputado do PSD Francisco José Martins. Sr. Deputado, aquilo que o PSD devia fazer neste momento era refletir realmente, porque viu qual é o resultado de termos uma concertação social que não foi reformada. Temos a mesma Comissão Permanente de Concertação Social há décadas. Não muda e representa cada vez menos. Precisa de incluir os milhares, dezenas de milhares de trabalhadores independentes que temos no País. As *startups*, os setores mais competitivos da nossa economia não estão representados na concertação social.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Depois é claro que acabamos sempre com uma legislação desatualizada, porque na concertação social estão todos a pensar como se estivéssemos em fábricas ainda nos anos 20 do século XX e não nos anos 20 do século XXI.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É isso mesmo!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por isso, Sr. Deputado, convidamos, mais uma vez, o PSD a participar neste esforço de reforma real de como funciona o nosso mercado laboral e de como funciona a nossa concertação social. Posso garantir-lhe, Sr. Deputado, que, se fizermos essa reforma, conseguiremos levar avante muitas das mudanças de que o nosso País precisa.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos à declaração política seguinte, tendo a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, podemos baixar um bocadinho o tom para a Sr.ª Deputada poder fazer a sua intervenção? É só sossegar.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Os trabalhadores e as trabalhadoras saíram à rua mais uma vez para uma greve geral. A adesão expressiva à greve ilustra bem o descontentamento das pessoas e das famílias com o pacote laboral apresentado por este Governo. E, por isso, o Livre quer saudar todas e todos os que fizeram greve e os que saíram à rua para lutar contra este ataque às pessoas, às famílias e em defesa dos direitos de quem trabalha.

Saudamos também os sindicatos e as comissões de trabalhadores, que são essenciais para a nossa democracia, para os direitos laborais, para a nossa qualidade de vida. Sindicatos e comissões de trabalhadoras são parceiros de negociação, de diálogo; não são para ter medo, como foi aqui dito, e também não são para desprezar, como o Governo tem feito.

O Governo continua sem ouvir, continua a desvalorizar, continua a afrontar. Hoje mesmo, em dia de greve geral, agendou a sua proposta de alteração ao código laboral sem sequer cumprir o prazo de consulta pública de 30 dias: vai ser discutida já no dia 18 de junho, daqui a 15 dias. Agendou à pressa para uma altura em que muitas pessoas já estão a gozar as suas merecidas férias, em que estamos em pleno Mundial de Futebol. Talvez contem que as pessoas estejam distraídas com outras coisas e que não prestem atenção a uma discussão tão central para a vida de quem trabalha. Mas desengane-se! As pessoas estão muito atentas a este ataque do Governo aos seus direitos e continuarão a estar. Ninguém quer mais precariedade no seu trabalho, ninguém quer menos direitos, mais horas de trabalho,…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Não há mais trabalho, senhora!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … menos dias de férias. Ninguém quer que as empresas incumpridoras sejam menos penalizadas por faltarem às suas obrigações para com os trabalhadores e ninguém devia querer estar a discutir um pacote laboral que parece sair de programas políticos das décadas de 70 e 80 do século XX. Um pacote laboral do passado. Um pacote laboral que não traz nada para melhorar o presente e o futuro das pessoas e do País.

Não deveríamos ser forçados a um combate para travar um regresso ao passado em nenhuma circunstância, coisa a que, infelizmente, este Governo nos tem forçado em tantas e tantas matérias. E não devíamos ser forçados a este combate em particular em assuntos onde há tanto futuro para construir.

Numa altura em que a nossa economia enfrenta desafios de produtividade e de transição para setores de maior valor acrescentado, deveríamos estar a falar da incorporação de tecnologia, de inovação, da inteligência artificial no nosso tecido produtivo e também dos riscos que isso pode acarretar para muitos postos de trabalho, pensando como é que podemos alavancar a economia protegendo as pessoas.

Numa altura em que os trabalhadores são confrontados com cada vez mais horas de trabalho, com cada vez mais dificuldade em estarem desligados dos seus trabalhos nas horas de descanso, numa altura em que há

necessidade de apostar mais em políticas de natalidade e de garantir que as famílias tenham tempo para estar juntas — Portugal tem um problema enorme e sério de *burnout*, é um dos países com maior taxa de consumo de antidepressivos —, devíamos estar preocupados em centrar verdadeiramente as políticas públicas nos direitos das crianças, no direito a uma infância feliz.

Devíamos estar a falar de políticas de futuro, como a semana de quatro dias, sim,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Dois dias é melhor ainda! E ficar em casa?…

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … que garante trabalho, mais tempo para viver, mais saúde e bem-estar para os trabalhadores e para as suas famílias.

Numa altura em que devíamos estar concentrados em erradicar a pobreza e em garantir que todas as pessoas têm as suas necessidades básicas asseguradas, devíamos estar a falar sobre como ter uma economia que garante o reforço da rede de segurança daqueles que precisam — aumentar o Estado social e não diminuí-lo — e não atacar essa rede de segurança, como este Governo está a fazer com a sua proposta laboral e agora com a sua prestação social única.

O Sr. Primeiro-Ministro diz que quem é contra a reforma laboral é pelo imobilismo. É uma arrogância! Há outros caminhos para o nosso País. Se há coisa que o Livre não quer é imobilismo. Nós sabemos qual é o caminho que queremos para a nossa sociedade e para a nossa economia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é? É o abismo?!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Queremos dinamismo, queremos inovação, queremos reforço dos direitos e das condições de vida para as pessoas.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem! Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Ainda pior do que o imobilismo é uma corrida vertiginosa para o precipício do passado.

Sr.as e Srs. Deputados, vamos ver o que é que vai acontecer no dia 18 de junho, porque, se todos os partidos cumprirem aquilo que aqui hoje disseram sobre o pacote laboral e sobre a posição que vão ter em relação ao mesmo, o pacote laboral do Governo chumba. E isso é uma boa notícia para o País!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Veremos se os partidos cumprem aquilo que disseram e foram taxativos a dizê-lo. Foram taxativos a dizer que chumbam o pacote laboral.

O Livre, certamente, continuará a lutar contra este pacote laboral, no Parlamento e na rua. E cá estaremos para construir um País em que as pessoas têm direitos, condições de vida, felicidade e prosperidade. E, sim, por um País mais competitivo e produtivo. É que o aumento da produtividade e da competitividade do País faz-se com as pessoas e não à custa das pessoas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Deputada tem quatro pedidos de esclarecimento e responderá em dois grupos.

Tem, então, a palavra a Sr.ª Deputada Helga Correia, do PSD.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar, naturalmente, as Sr.as e os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, o País decidiu trabalhar.

Protestos de Deputados do PS.

A esmagadora maioria dos portugueses decidiu manter a normalidade e, por isso, queria saudar o País que hoje trabalha, mas também queria saudar os trabalhadores que hoje decidiram fazer greve. O direito à greve é um direito constitucionalmente previsto e nós, Partido Social Democrata, respeitamos.

Os Governos devem ouvir todos os portugueses, os sindicatos que representam os trabalhadores — embora representem cerca de 6 % a 7 % dos trabalhadores portugueses —, mas também devem ouvir os representantes dos trabalhadores, a academia e a sociedade civil. E foi isso que este Governo fez durante estes nove meses, no âmbito da reforma laboral — um tempo de reflexão importante para o País.

Mas, hoje, a CGTP e a UGT mobilizaram-se para mais uma greve. Uma greve contra o progresso,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Qual progresso? Essa é boa!

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — … uma greve contra aquilo que nunca quiseram fazer, uma greve contra o reforço dos direitos dos trabalhadores, contra a melhoria da produtividade e da competitividade, contra a melhoria dos salários dos portugueses. Estar a submeter o País às agendas dos sindicatos, que representam, como eu referi, cerca de 6 % a 7 %, leva ao resultado que hoje temos.

A reforma laboral apresentada a este Parlamento reafirma a modernização económica, a proteção social e o reforço dos direitos dos trabalhadores, mas de todos os trabalhadores: destes trabalhadores e também daqueles que não são sindicalizados.

Por isso, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, o Livre é um partido de causas fraturantes,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está é fraturado! Está é fraturado!

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — … mas também tem de estar junto das causas dos trabalhadores, da melhoria dos rendimentos.

Pergunto: vai o Livre juntar-se a este Governo e à AD no sentido de melhorar a vida dos trabalhadores ou vai construir uma geringonça neste Parlamento para se pôr contra todos os trabalhadores?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Com esse pacote não! É o mundo de pernas para o ar! Meu Deus!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.ª Deputada Patrícia Faro, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, nós, de facto, conhecemos bem a situação que descreveu e que o Governo, e só o Governo, nos conduziu em torno das questões de trabalho.

O Governo herdou um País a crescer e o emprego em máximos históricos. Herdou o desemprego com valores mínimos e a descerem. Aliás, o Governo gaba-se destes números dia sim, dia sim. Mas eis que, apenas três meses depois das eleições, apresenta um pacote laboral que não estava sequer no programa eleitoral. Um pacote laboral…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é um pacote, é uma reforma!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — … que piora a vida dos jovens, das famílias, dos trabalhadores; um pacote laboral que condena os jovens e os que estão com contratos a prazo durante mais tempo, que vai piorar as expetativas de carreira de vida e da autonomia dos jovens; um pacote laboral que vai repegar medidas, como o banco de horas individual da troica, e muitas vezes vai piorar os horários das pessoas e vai agravar as condições de conciliação entre o trabalho e a vida familiar, desde logo para trabalhadores com filhos; um pacote que ataca os direitos das mães que amamentam e que acusa as mães de fraude, em massa, numa questão tão íntima, tão delicada e tão importante para o desenvolvimento das crianças; um pacote laboral que desprotege todos e

todas as trabalhadoras, mas desprotege em particular os mais frágeis; um pacote que enfraquece os sindicatos e os parceiros sociais, quando nós precisamos de sindicatos mais fortes, mais presentes, mais representativos.

Sr.ª Deputada, perante esta ofensiva contra os trabalhadores a que assistimos ainda hoje, com esta dimensão, o Governo parece admirado com a contestação e com o facto de ir já numa segunda greve geral em poucos meses, o que é visível. A pergunta que lhe faço é: o que é que lhe parece? Que o Governo está mesmo alheado? Porque é que ele estará mesmo alheado desta realidade? Ou encontra alguma outra razão para tamanha inflexibilidade e insensibilidade?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Helga Correia, começou por fazer um louvor aos trabalhadores e ao direito à greve, mas depois, na verdade, o que a proposta do Governo faz é exatamente limitar o direito à greve, limitar a atividade sindical…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É verdade!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … e, portanto, enfraquecer os direitos dos trabalhadores. Sr.ª Deputada, é um ataque aos direitos dos trabalhadores!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Continuamos na mesma. Não percebe nada!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Quando diz que há uma baixa taxa de sindicalização, todos gostaríamos que a taxa de sindicalização fosse mais alta em Portugal, mas quero lembrar que tem havido uma diabolização dos sindicatos,…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Culpa deles!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … o que também provoca medo nas pessoas, muitas vezes até de dizer que são sindicalizadas.

O valor que a Sr.ª Deputada disse em percentagem é o valor dos trabalhadores que descontam diretamente da sua folha de ordenado para os sindicatos. Não é o valor real da sindicalização em Portugal.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ora bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — A Sr.ª Deputada fala de causas fraturantes. Quer uma causa mais fraturante do que este pacote laboral? E acredita verdadeiramente que vem proteger os trabalhadores?

A Sr.ª Ministra veio dizer que a legislação laboral atual é desequilibrada a favor dos trabalhadores. E, então, se vai querer mudar a legislação para voltar a equilibrá-la, segundo a Sr.ª Ministra, quer dizer que vai retirar direitos aos trabalhadores, vai retirar poder negocial aos trabalhadores.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Não é nada disso!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É a vossa medida!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — O discurso tem de bater certo com o pacote laboral, tem de bater certo com o que está lá. E o que está lá é um ataque aos trabalhadores, a diminuição do poder negocial dos trabalhadores, a diminuição da qualidade de vida das famílias, gerando menos tempo com as suas crianças e atacando, como foi muito bem-dito, as mães e as mães que amamentam.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, há todo um conjunto de ataques aos trabalhadores e o enfraquecimento da posição dos trabalhadores na nossa legislação laboral.

Sr.ª Deputada Patrícia Faro, este Governo tem mostrado uma enorme insensibilidade social e uma enorme apatia face àquilo que é completamente visível. E é tão visível que vários partidos, aliás, pelo menos um partido, tem mudado claramente a sua posição relativamente a este pacote laboral. E o que foi dito claramente neste Hemiciclo descansa-me, porque foi dito que vão votar contra o pacote laboral e, portanto, há aqui uma clara maioria nesta Assembleia da República que vai votar contra o pacote laboral.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A maioria de esquerda!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, no dia 18 de junho o pacote laboral vai chumbar e esta discussão, que dura há 10 meses no País,…

Aplausos do L.

… que tem inquietado trabalhadores, que tem inquietado as próprias empresas, acaba! E acaba esta história de um pacote laboral que ninguém pediu, que não foi a eleições e que a Sr.ª Ministra insiste em trazer ao Parlamento, mesmo sabendo da enorme contestação social que existe.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, ouvimos o Livre saudar quem fez greve, ouvimos o Partido Socialista saudar quem fez greve. Pois nós, nesta bancada, saudamos quem quis ir trabalhar, quem foi trabalhar e quem foi impedido de ir trabalhar, com ameaças dos piquetes de greve patrocinados pelos senhores, pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda.

Aplausos do CH.

Esta é a nossa grande diferença. É que os senhores preferem ajudar quem não trabalha. Nós lutamos por quem trabalha, por quem leva a economia deste País para a frente.

Mas hoje também tivemos a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes a dizer assim: «Então, dia 18 de junho, vamos ter a discussão da reforma laboral, em pleno Mundial de Futebol? Como é que nós vamos legislar em pleno Mundial de Futebol?» As pessoas não podem fazer mais nada, é um mês de futebol e o País para, a Assembleia para, vamos todos de férias — isso queria o Livre! Bom, mas metade da bancada do Livre está sempre de férias, por isso também não se perde muito com isso.

Risos do CH.

Mas repare bem nesta greve de hoje, esta greve de hoje, em véspera de feriado e com uma ponte pelo meio. E já que os sindicatos gostam tanto de pacote, a única coisa que conseguiram foi um pacote de cinco dias de férias. Foi a única coisa que conseguiram com esta greve geral, porque não conseguiram nada mais.

Os senhores estão sempre a enganar os trabalhadores, não estão a lutar pelos direitos deles, estão a enganá-los! Estão a enganá-los, é isso que a extrema-esquerda costuma fazer, é enganar os trabalhadores, e gosta de impedir quem vai trabalhar.

Por isso, Sr.ª Deputada, vou colocar-lhe três questões.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

Ó Sr. Deputado Pedro Vaz, se quiser falar venha cá para a frente e dê duas ou três palavras!

A primeira é se é este tipo de greve que defendem, o das ameaças e da coação sobre trabalhadores e de meter trabalhadores contra trabalhadores.

A segunda é se acha que as greves devem ser em vésperas de feriado ou em vésperas de fim de semana, como têm sido, sucessivamente.

E se concorda ou não que os serviços mínimos têm de funcionar ou se prefere um país parado, um país com a economia parada. Se é isso que o Livre prefere, nós estaremos sempre na barricada oposta, e ainda bem.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, o Livre já nos habituou um bocadinho a este estilo particular, não é? Vem cheio de virtudes, cheio de boas intenções, traz também uma espécie de *best of* de políticas europeias, que depois apresenta aqui ao Parlamento, mas o problema é que a política não é isso, não é uma sinalização de virtude, é compreender a realidade e agir sobre ela com coerência.

Por exemplo, a questão da semana de quatro dias de que falam frequentemente, ninguém discorda que trabalhar menos horas não é desejável, mas esse não é o debate. A questão é outra, a semana de quatro dias é o resultado de economias produtivas e não o instrumento para as criar.

Aliás, os exemplos que o Livre tanto aprecia nasceram de modelos que, na verdade, lhe são estranhos, porque a política do Livre é sempre de proibir ou obrigar. E estes modelos que funcionam na Europa nasceram de negociações entre organizações empresariais, trabalhadores e sindicatos construtivos, sem agenda ideológica. Aliás, não existe um único modelo europeu que imponha por lei, de forma universal, a semana de quatro dias, com redução de horas a toda a economia. Nem um!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É sempre a mesma cassete!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — A Iniciativa Liberal defende que cada empresa, cada setor e cada realidade possa negociar livremente os seus horários. O que impede isso em Portugal não é a falta de legislação, Sr.ª Deputada, é precisamente uma cultura que vocês impuseram,…

Vozes do L: — Nós?!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — … de conflito permanente entre a classe dos trabalhadores e as empresas. Um conflito, sempre de oposição, sempre de costas voltadas e nunca de colaboração. E o resultado das vossas políticas…

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — As nossas?!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — … são as taxas mais baixas de sindicalização em Portugal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ora bem!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — E para deixar aqui uma pergunta muito concreta: é o Livre a favor de uma lei que imponha a semana de quatro dias com redução de horários a toda a economia? Sim ou não?

Aplausos da IL.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Pedro Pinto, dali da tribuna, faz um discurso a favor dos trabalhadores, em defesa dos trabalhadores, e depois contesta o direito à greve.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — O direito à greve é aquilo que permitiu que conseguíssemos ter mais direitos laborais em Portugal, mais direitos laborais no mundo — o fim de semana, por exemplo, os dias de férias pagos, as licenças parentais —, tantos direitos que hoje damos por adquiridos, mas que custaram tanto a conseguir, há várias décadas.

E, sim, nós queremos mais dias de férias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós também!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Nós queremos mais dias de férias para toda a gente. Nós queremos redução do horário de trabalho para todas as pessoas. Sim, porque isso são políticas de melhoria da qualidade de vida e são também melhoria da nossa competitividade.

E agora vamos ver, então, como é que o Chega vai votar no dia 18. É que eu ouvi muito claramente o Chega dizer que ia votar contra a reforma laboral. Portanto, vamos ver como é que o Chega vai votar no dia 18.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não fazem a cambalhota!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — E ouviu-me mal;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tenho bom ouvido!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … o que eu disse, ali de cima, foi que o Governo deve estar com vontade de agendar este pacote laboral para uma altura em que se vai estar a discutir o Mundial.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, e não se faz mais nada?!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas o País não vai estar distraído, o País vai estar muito atento, o Parlamento vai estar muito atento a esta reforma laboral e vamos estar muito atentos para perceber como é que o Chega, na verdade, vai votar.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ameaças a quem não faz greve, a favor ou contra?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Deputado Miguel Rangel, não podemos estar à espera de que o País esteja mais produtivo para criar instrumentos que gerem produtividade, temos de fazer as coisas em simultâneo. E a semana de quatro dias é uma medida de aumento da produtividade, como se pode ver pelos relatórios dos projetos-piloto. E é isso que o Livre tem defendido.

Protestos do Deputado da IL Miguel Rangel.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Também podem ir lê-los!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — O que é que o Livre tem defendido? O Livre tem defendido que haja mais projetos-piloto, mais experimentação da semana de quatro dias para, um dia, podermos legislar, sim, podermos decidir, daqui a uns tempos: sim, Portugal deve adotar uma semana de quatro dias.

Sr. Deputado, quer ter as mesmas discussões que foram tidas há décadas sobre as 40 horas de trabalho semanais, sobre o fim de semana de dois dias? É que podemos repetir os mesmos argumentos, já sabemos quais é que são os argumentos. Mas, numa altura em que temos uma inovação tecnológica em que demoramos segundos a fazer coisas que antes demoravam semanas a fazer, como é que não estamos a pensar em como aproveitar esse tempo para nós todos?

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Isso não vai acontecer!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Em conseguir ter mais tempo para nós, conseguir ter mais tempo para as nossas crianças, conseguir ter mais tempo para os nossos amigos? Isso é que é uma verdadeira reforma laboral, isso é que é pensar no País que queremos, no País competitivo que queremos, no País produtivo que temos.

Portanto, não vale a pena inventar fantasmas, ninguém quer impor a semana de quatro dias à força, o que queremos é que o País tenha muito claro qual é o seu objetivo. E o seu objetivo deve ser o de ser mais competitivo, ser mais produtivo, aumentar a qualidade de vida. Por isso, não pode descartar a semana de quatro dias como uma experiência a fazer e como um caminho que pode apontar. E é isso que o Livre tem defendido e que vamos continuar a defender, apesar de todos os *Velhos do Restelo*, que repetem e repetem os argumentos que já foram tidos nas outras lutas passadas e que perderam.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do PSD Marco Claudino.

O Sr. **Presidente**: — Passamos à declaração política seguinte. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP, para a sua intervenção.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Os trabalhadores, hoje, estão a dar um enorme exemplo de coragem e dignidade.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — É, estão a trabalhar!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Coragem e dignidade de quem produz a riqueza e garante o funcionamento deste País, coragem e dignidade perante a chantagem, a mentira e a manipulação para condicionar o exercício do seu direito constitucional à greve.

Daqui saudamos os trabalhadores em luta pelos seus direitos, por condições de trabalho, por uma vida digna. Saudamos as organizações sindicais, e outras organizações de trabalhadores, que tomaram posição perante a declaração de guerra aos trabalhadores que é este pacote laboral.

Os trabalhadores do setor privado aderiram massivamente à greve geral, nomeadamente na Groz Beckert, Fico Cables, AAPICO, Browning, Mitsubishi, Faurécia, GLN — Novares e a DS Smith, Exide, CelCat, APTIV, Bosch, Minas da Panasqueira, Tearfil, Mabera, Tescap, Huber Tricot, Paulo de Oliveira, Penteadora, Gallo Vidro, Böllinghaus, Super Bock, Unilever,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — No grande capital!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E na Assembleia da República também! O Maia!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … Lactogal, Bimbo, Carnes Nobre, Cerealto, Autonenum, Visteon, Hanon, Teijin, SMP, Silotagus, Euroresinas, Aumovio, Vitacress, Cofisa, Hutchinson, Valorsul, Amarsul, ERSUC (Resíduos Sólidos do Centro, SA), Atlantic Ferries, Metro Sul do Tejo, TST (Transportes Sul do Teja, SA),…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Na Assembleia da República, o Paulo Raimundo, o Alfredo Maia…!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … Alsa Todi e em diversas empresas de transportes rodoviários, nas empresas da grande distribuição, na hotelaria e cantinas, nos CTT (Correios de Portugal) e empresas de telecomunicações e energia, na comunicação social — e poderia continuar a elencar um conjunto de outros locais de trabalho.

De igual modo, os trabalhadores do setor empresarial do Estado e do setor público aderiram à greve geral, nomeadamente Transtejo, Metro de Lisboa, Metro do Porto, CP (Comboios de Portugal), IP (Infraestruturas de Portugal), Carris, STCP (Sociedade de Transportes Coletivos do Porto), Transportes Urbanos do Barreiro, Coimbra e Braga, TAP, portos nacionais; nos centros de saúde e hospitais, nas escolas e no ensino superior, na Segurança Social, nas Finanças, no IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), nos tribunais, nos museus, nas lotas, nas autarquias, nos bombeiros sapadores, na Lusa, assim como do setor social — IPSS (instituições particulares de solidariedade social), misericórdias, creches, CERCI (cooperativas para a educação e reabilitação de crianças inadaptadas), entre outros.

Querem maior expressão do que esta?!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Qual?! Qual expressão?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Fábricas paradas e produção condicionada; transportes que não circulam; serviços públicos encerrados; desfiles e ações de rua em diversas localidades — este é o impacto da greve geral que, por mais que queiram, não conseguem apagar, e em que o Governo, como já se esperava, veio com a narrativa do costume, para procurar desvalorizá-lo.

Um Governo cada vez mais fragilizado perante a força, a unidade e a luta dos trabalhadores. Um Governo que continua a enfiar a cabeça na areia e que se recusa a ver o que está diante dos olhos de todos: o pacote laboral está rejeitado. Os trabalhadores rejeitam-no, os jovens rejeitam-no, o País rejeita-o.

Protestos do Deputado do PSD Marco Claudino.

Tudo o que o Governo destaca na sua proposta é profundamente negativo para os trabalhadores, para os jovens, para as crianças, para o País.

Quando cerca de 1 milhão e 300 mil trabalhadores têm vínculos precários, o Governo pretende aumentar ainda mais a precariedade, com o alargamento do prazo dos contratos a termo e o alargamento do *outsourcing*.

Quando as crianças em Portugal são das que passam mais tempo na escola, o Governo pretende impor o banco de horas individual, para desregular ainda mais os horários de trabalho dos pais, dificultar o acompanhamento dos filhos e para não pagar o trabalho extraordinário; e quer obrigar as mães e pais trabalhadores com filhos até aos 12 anos a trabalhar à noite e aos fins de semana e feriados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E as viúvas a terem de trabalhar! As viúvas!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Quando os salários são muito inferiores aos da maioria dos países da União Europeia, o Governo quer fragilizar ainda mais a contratação coletiva, instrumento essencial para a valorização dos salários e dos direitos. E, ainda por cima, quer limitar os trabalhadores, na sua organização e luta, quando os seus direitos estão a ser violados.

É tudo isto e muito mais o que o Governo, com o apoio da IL e do Chega querem impor aos trabalhadores. Não é com a retirada de direitos e com o esmagamento de salários que a produtividade aumenta, é com incorporação de inovação e tecnologia nos processos produtivos. O ataque aos direitos em nada contribui para avanços, só leva a mais exploração e à acumulação da riqueza pelo patronato.

Não é, pois, de estranhar que apenas o Governo e o 1 % da população que concentra cerca de um quarto da riqueza do País queiram este pacote laboral — e, claro, também os partidos que defendem e servem os interesses dos grupos económicos.

Fazer, hoje, o agendamento da proposta de pacote laboral é ainda mais um elemento para valorizar a luta dos trabalhadores e a greve geral;…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sempre a mesma conversa!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … demonstra como foi importante a marcação da greve geral, para além de ser a prova de que é agora e não depois dos factos consumados que é preciso intensificar a luta para derrubar o pacote laboral.

Vozes do CH: — Qual?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Em boa hora os trabalhadores decidiram que não era o momento de ficar à espera e tomaram nas suas mãos a direção do combate ao pacote laboral. O que dá garantias aos trabalhadores para fazer cair esta proposta é a sua luta e determinação, não são as manobras de bastidores.

Mais: agendar a discussão da proposta de pacote laboral para o próximo dia 18 de junho, quando o período de consulta pública obrigatória decorre até dia 2 de julho, só pode ser entendido como mais um condicionamento numa discussão em que o Governo está claramente em perda.

O cinismo do Governo quando se dirige aos trabalhadores, porque não foram na sua ladainha, é reflexo disso mesmo. Talvez até desorientação e muita, mas muita irritação, porque os trabalhadores não abdicam dos seus direitos, porque se opõem às suas pretensões.

Os trabalhadores demonstraram hoje que é possível derrotar o pacote laboral. Revelaram confiança e esperança neste combate e que não estamos condenados a uma política que quer impor condições de trabalho do século XIX.

Os trabalhadores demonstraram a disponibilidade para prosseguir a luta contra o pacote laboral, pela remoção das normas gravosas da legislação laboral, pelo reforço dos seus direitos. Demonstraram que há força para prosseguir um caminho pela valorização do trabalho e dos trabalhadores.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Batam palmas!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.ª Deputada, tem cinco pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Em dois grupos, Sr. Presidente, três mais dois.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Três mais dois. Então, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, do PSD, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Paula Santos, a última greve geral foi um *flop*: pouca adesão e não mudou nada. E a de hoje vai pelo mesmo caminho.

Risos da Deputada do PCP Paula Santos.

Aliás, a melhor prova foi o leque de empresas que a Sr.ª Deputada anunciou, mas não deu um número, não deu uma percentagem da adesão à greve, não disse nada!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não, não, dados concretos!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — É a lengalenga do costume, é a cassete do costume, mas não fundamentou nada. Nem apontou um único trabalhador que fez greve nessas empresas.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Aliás, Sr.ª Deputada, o PCP apoia todas as greves em Portugal, mas diga-me uma coisa: quantas greves o PCP apoiou nos regimes comunistas?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Lá não há greves!

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Quantas greves apoiou na China, na antiga União Soviética, como noutros países com milhões de pessoas, em Cuba, na Venezuela, na Coreia do Norte? Quantas greves a senhora apoiou nesses países, Sr.ª Deputada?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr.ª Deputada, os senhores não conseguem melhor do que isto, uma greve num feriado, a fazer uma pontinha para o final de semana?!

Sr.ª Deputada, olhe para o setor privado e veja: esta reforma laboral incide sobre o setor privado, mas hoje, os trabalhadores do setor privado estão todos a trabalhar, quer nos locais de trabalho quer em teletrabalho. A Sr.ª Deputada não apontou uma única percentagem de trabalhadores em greve, não disse nada sobre isso, sabe porquê? Porque não tem. E sabe porque é que estão a trabalhar, Sr.ª Deputada? Porque querem Portugal desenvolvido, querem a construção de uma forte classe média, como este Governo está a construir. Querem o reforço das famílias, a descida dos impostos, o aumento dos salários, o aumento da qualidade do trabalho,…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não há um argumento a defender a sua proposta!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — …emprego para os jovens, para os empregados de longa duração e, principalmente, o reforço do retorno dos jovens emigrantes a Portugal, como está a acontecer, para malgrado do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — E, sabe: queremos mais habitação, queremos mais recursos para a família e queremos, sobretudo, construir Portugal. E, por isso, para construir Portugal, é que esta reforma é importante, para aumentar a competitividade das empresas e o reforço da qualidade de vida do nosso País.

Aplausos do PSD.

Protestos do PCP e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, quero cumprimentar a Sr.ª Deputada Paula Santos. Claro, sem surpresa — e em plena coerência, reconheço-o —, o Partido Comunista Português tinha de, no dia de hoje, obviamente, ter como tema a greve geral e, sobretudo, os impactos da greve. E, quando há impactos, convém falar deles.

Não vou questioná-la relativamente à proposta da Iniciativa Liberal sobre haver serviços mínimos nas escolas em período letivo nem sobre uma verdadeira representatividade na Comissão Permanente da Concertação Social — que represente, de facto, mais trabalhadores e mais até o setor empresarial —, e também não lhe vou falar da necessidade de devolver o valor do passe às pessoas em dias em que não têm transportes; e não o vou fazer, porque o PCP votou sempre contra estas propostas concretas da Iniciativa Liberal nesta Casa.

Hoje, vou fazer-lhe uma pergunta sobre um artigo do Código do Trabalho que não precisa de ser alterado — o artigo 533.º sobre o piquete de greve.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso, isso!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Este artigo diz, e vou citar, para não haver dúvidas: «A associação sindical ou a comissão de greve pode organizar piquetes para desenvolverem atividades tendentes a persuadir, por meios pacíficos, os trabalhadores a aderirem à greve […].»

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ora, a persuadir…!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E aquilo que se vê, e ainda hoje se viu, são piquetes não a persuadir, mas a impedir pessoas de trabalhar ou de ir para o seu trabalho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que ameaça os trabalhadores. E o Livre em silêncio!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E gostava que o PCP desse a sua opinião sobre os piquetes que não cumprem a lei geral,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … que não cumprem o Código do Trabalho, porque fazem piquetes para bloqueio e não para persuadir.

Vozes da IL e do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E faço esta pergunta, porque reconheço que o PCP tem, de facto, pensamento próprio, é coerente. Aliás, existe aquela máxima: «Se achas que pensas, pensas mal; quem pensa por ti é o Comité Central».

Risos do PSD.

O PCP nisso é coerente ao contrário de outros, como Chega, que ainda hoje ouvimos aqui, cuja frase que se lhe aplica é: «Se achas que pensas, pensas mal; quem pensa por ti, olha, é ali o pessoal».

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, imagina se fosse da IL!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Tanto é que viram pouca adesão e já tivemos o Deputado André Ventura a fazer saltos à retaguarda, a dizer que a greve, afinal, não foi assim grande coisa e que a reforma, se calhar, até faz sentido que avance.

É o que é: com uns, é o Comité Central que pensa; com outros, é a sondagem eleitoral.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, antes de mais, muito obrigado, Sr.ª Deputada Paula Santos, por ter trazido o tema da greve geral.

Ao ouvi-la sobre o tema da greve geral, faz sentido falar um bocadinho daquilo que têm sido os discursos sobre a greve de algumas bancadas.

Comecemos pelo Chega. O Sr. Deputado Pedro Pinto levantou-se e foi muito perentório: «Nós somos contra a greve e somos a favor de quem trabalha. Mas, sobretudo somos contra a greve.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu disse que era contra a greve? Onde é que está isso escrito?

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas nós sabemos bem que o Chega é contra a greve até haver uma sondagem que diga que o povo português é a favor da greve, e aí o Chega passa a ser a favor da greve.

Portanto, sobre o Chega estamos conversados.

Aplausos do PS.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O Carlos Pereira tem razão…!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sobre o PSD, a cacofonia é maior, porque a cacofonia do PSD é assim: «A greve é um direito que está na Constituição? É sim, senhora. Portanto, os trabalhadores podem fazer greve? Podem, sim, senhor. Mas os trabalhadores devem fazer greve? Não, senhor, não devem.»

Risos de Deputados do PS.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Isso é o Sr. Deputado que está a dizer!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Aliás, a única coisa que os Srs. Deputados fizeram foi seguir a cartilha de ontem — que é uma cartilha sem vergonha — do Sr. Primeiro-Ministro, a dizer que ainda bem que Portugal vai trabalhar,…

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Está confirmado!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — … enquanto uns vão fazer greve. Ou seja, é uma cartilha de pôr portugueses contra portugueses. Isso é absolutamente inadmissível.

Aplausos do PS.

Isso é o hábito do PSD, isso é o hábito do Governo da AD: pôr portugueses contra portugueses.

Sr.ª Deputada Paula Santos, esta lei laboral surge para dizer que a flexibilidade — leia-se aumentar o tempo dos contratos a prazo — melhora a produtividade. Não há um estudo, um único estudo, que garanta isso.

Vozes do PSD: — Está bem estudado!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — É verdade que o Governo trouxe um estudo; um estudo que não é verdade. Não há um estudo que diga isso, mas há vários estudos que indicam que há outras reformas que deviam ser feitas.

Olhe, vou dar-lhe um exemplo: sobre as qualificações dos trabalhadores, em Portugal, só há 32 % da média da União Europeia em investimento nos trabalhadores.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Vocês não fizeram nada!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Portanto, há muitas outras reformas a fazer.

Então, pergunto, Sr.ª Deputada: é ou não verdade que, para melhorar a produtividade, há muito outro caminho a fazer que não apenas este que apresentaram?

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, pedia que fosse distribuída a minha intervenção de há pouco, aqui no Plenário, particularmente ao Sr. Deputado Carlos Pereira, porque ele está a mentir.

Vozes do PS: — Eh…!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em tempo algum, eu disse que era contra a greve.

Portanto, é mentira o que o Sr. Deputado Carlos Pereira está a dizer; é mentira — mais uma — do Partido Socialista. Mas os portugueses já não se deixam enganar pelo Partido Socialista.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Acho que talvez não seja preciso distribuir, porque há de estar no *Diário* quando for distribuído.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de ler! Tem de ler!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Tem de ler muito, não é só o *Diário*!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria agradecer as perguntas que foram formuladas pelos Srs. Deputados Joaquim Barbosa, Rodrigo Saraiva e Carlos Pereira.

Sr. Deputado Joaquim Barbosa, não confunda desejos com realidade. Creio que aquilo que a sua intervenção demonstrou foi, de facto, um embaraço…

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Quem tem de estar embaraçado é o PCP!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e, eu diria até, desespero, porque, veja lá, esteve dois minutos a falar e não conseguiu dizer uma medida, não conseguiu fundamentar uma única proposta do pacote laboral, uma única!

Protestos do PSD.

E, veja, hoje, os trabalhadores do setor privado e do setor público estão em luta.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — E os números? Quantos?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Aos senhores — ao PSD, ao CDS, à Iniciativa Liberal e ao Chega — pode incomodar muito, mas a verdade é que os trabalhadores do setor privado e do setor público estão em luta contra a vossa proposta de pacote laboral, porque ela é negativa para os trabalhadores e para o nosso País.

Protestos do PSD.

Mas, veja: referi aqui um conjunto de empresas do setor privado, cuja produção hoje está parada. Quer que eu repita?

Protestos do Deputado do PSD Joaquim Barbosa.

Eu repito, porque, se calhar, o senhor não compreendeu bem, porque são, de facto, várias, pelo norte a sul do País:…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É falso!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Exide, Etermar, Cerealto, Visteon, Hanon Systems Portugal S.A., DS Smith, BIP, Super Bock, Fico Cables… Quer mais empresas?

Protestos do PSD.

São várias, Sr. Deputado. São várias, em que força e luta dos trabalhadores foi determinante. E os senhores sabem-no bem, daí esse vosso desespero,…

Protestos do Deputado do PSD Joaquim Barbosa.

… porque, de facto, o Governo, ao longo de todo este processo — que achava que ia ser um passeio no parque —, está, de facto, a ter uma grande dificuldade para impor este nível de exploração aos trabalhadores, que estão a dizer, com força e com unidade, que não aceitam.

Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, creio que ficou muito claro na sua intervenção aquilo que a Iniciativa Liberal, de facto, pretende, que é, por um lado, introduzir um conjunto de mecanismos para aumentar a exploração de quem trabalha.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Haja paciência…!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Acho que é até anacrónico, no momento em que nós vivemos, com o conhecimento científico e tecnológico que há, que devia ser implementado e que devia ser colocado ao serviço do desenvolvimento do País e da melhoria das condições de trabalho, isso não esteja a ser feito e aquilo que se pretende fazer é aumentar as jornadas de trabalho de 8 para 10 horas, quando aquilo que o conhecimento científico e tecnológico implica seria exatamente o oposto, ou seja, reduzir o horário de trabalho para as 35 horas, por exemplo.

E, como se isso não fosse bastante, ou seja, mais precariedade e mais exploração,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E os piquetes?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … querem ainda atacar a organização e a luta dos trabalhadores.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Se for coerciva, sim.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — A legislação é bem clara, Sr. Deputado.

Então, agora os trabalhadores que estão num piquete de greve não podem ir falar com os seus colegas de trabalho…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Se for numa atitude coerciva, não!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … sobre as razões desta luta? Era o que mais faltava, que num regime democrático isso não pudesse ser possível.

Protestos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Deputado Carlos Pereira, agradeço a sua questão que, creio, foi de grande importância, porque, de facto, não é a aumentar o horário de trabalho, não é a aumentar a exploração, não é a aumentar a precariedade que se vai conseguir mais produtividade.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Claro!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Há pouco, falei da inovação científica e tecnológica e é isso que é importante. De facto, o que é importante é investir nos processos produtivos para que o País possa ser mais produtivo e não à custa da exploração de quem trabalha.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — E fazer o que ainda não foi feito!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Marcus Santos, do Chega.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Paula Santos, o direito à greve é uma conquista fundamental da democracia e um instrumento legítimo da defesa dos trabalhadores. Ninguém o questiona!

Protestos de Deputados do PSD.

Porém, muitos portugueses olham para a realidade atual e perguntam se estamos perante o equilíbrio no uso desse direito ou se, em alguns casos, se está a banalizar um instrumento que deve ser excecional.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Pinto, não explicaste bem!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Parece que para o PCP, quanto pior, melhor. Ou seja, greve hoje, feriado amanhã e ponte depois.

Porém, quem fica sem consulta, quem não consegue chegar ao trabalho, ou quem vê os seus filhos sem aulas não são os dirigentes sindicais nem os Deputados do PCP; são os portugueses que trabalham, que pagam seus impostos e que dependem dos serviços públicos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Por isso, pergunto ao PCP: reconhece que o exercício desse direito deve ser acompanhado de uma preocupação com os impactos causados à população e à economia?

Essa estratégia de marcar uma greve no meio da semana…

Protestos dos Deputados do PS Pedro Nuno Santos e Pedro Vaz.

… fortalece a causa dos trabalhadores ou corre o risco de desgastar a compreensão e o apoio dos portugueses a esse importante direito constitucional?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Paula Santos, confesso-lhe que só tenho mesmo uma pergunta: se isso é assim tão convicto, se o País inteiro está a

querer fazer greve, porque é que os senhores não perdem a cabeça, por uma vez, e fazem uma greve sem piquetes ilegais?

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se há essa vontade toda, porque é que os senhores continuam a obrigar as pessoas a fazer greve?

Sabe, ainda nem era meia-noite ontem e já estava a ver nas televisões dezenas de militantes do seu partido — que podem lá estar como CGTP, isso é indiferente, são militantes do seu partido —, candidatos autárquicos do seu partido, à porta de não sei quantos sítios a dizer: «Não, não, não, aqui ninguém vai trabalhar». Mas porque é que não deixam as pessoas serem livres uma vez na vida? Nós gostávamos de ver um comunista a deixar uma pessoa ser livre um dia! Um dia! Um comunista a deixar uma pessoa pensar pela sua cabeça uma vez na vida! Porque não? Porque não?

Aplausos do PSD e da IL.

Protestos dos Deputados do PS Pedro Nuno Santos e Pedro Vaz.

Mas olhe, vou até dizer outra coisa. Eu estava a ouvi-la referir essas empresas e só estava a pensar uma coisa: será que a Sr.ª Deputada Paula Santos, que recebeu aquela lista do Comité Central, acredita mesmo que aquelas empresas estão fechadas?

É que até me pode passar pela cabeça que a Sr.ª Deputada até acredita mesmo…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Acredita!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Custa-me, vou ser sincero, até pela consideração que tenho por si, custa-me pensar que acredita mesmo nisso. Todos nós já vimos esses filmes, seja o *Goodbye Lenin*, seja outro qualquer,…

Risos da IL.

… em que as pessoas acreditam e depois vão à janela e, de facto, a coisa não é bem como pensavam.

Mas, Sr.ª Deputada, tenho uma péssima notícia para lhe dar: não sei de todas, mas sei à vontade mais de 20 empresas que a senhora mencionou e que estão a laborar normalmente. Estão a trabalhar como todos os dias.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estão a trabalhar como todos os dias. E, portanto, isso é falso!

Agora, sei outra coisa: sei que há portugueses que hoje precisavam de ir trabalhar e não tiveram transporte,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Escolas abertas…!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … e a senhora está a vangloriar-se de quem os impediu de trabalhar.

Vozes do PSD: — Isso!

Protestos dos Deputados do PS Pedro Nuno Santos e Pedro Vaz.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sei que há crianças que hoje queriam ter feito os seus exames, porque se prepararam para fazer os exames, e não o puderam fazer, e os senhores vangloriam-se de ter impedido esses jovens de fazer os seus exames.

Aplausos do PSD.

Sei que há idosos que hoje tinham a consulta pela qual esperavam há meses e não tiveram essa consulta, e a senhora vangloria-se de esses idosos não terem as suas consultas. Por isso, vangloria-se, mas não tem razão.

Aplausos do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar os Srs. Deputados Marcus Santos e João Pinho de Almeida e agradecer as questões que me colocaram.

Relativamente ao Chega, creio que as afirmações que o Chega vai fazendo deixam cada vez mais claro o seguinte: diz uma coisa, depois diz outra, depois volta a contradizer-se…

Protestos da Deputada do CH Cláudia Estêvão.

A verdade é que uma das linhas de ataque aos trabalhadores que está nesta proposta de pacote laboral, que os senhores estão disponíveis para viabilizar e para dar a mão ao Governo para aprovar, é o direito à greve.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Mudem a cassete, já tem muitos anos!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Aliás, o que os senhores querem, além da precariedade, da exploração, de atacar os direitos de maternidade e paternidade…

Protestos da Deputada do CH Cláudia Estêvão.

… — e não é só o Chega, é o CDS, a Iniciativa Liberal e o PSD —, é, de facto, impedir que os trabalhadores se possam organizar e lutar para defender os seus direitos.

Protestos da Deputada do CH Cláudia Estêvão.

É isto que está colocado em cima da mesa.

Portanto, creio que ficam muito claras as opções desse partido.

Aliás, o que tem estado sempre presente é um grande compromisso com o patronato, para atacar quem cria a riqueza deste País, quem trabalha todos os dias e cria a riqueza — e depois, o patronato apropria-se dessa riqueza que é criada.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado João Almeida, eu percebo, eu compreendo. De facto, o incómodo é muito grande. Querem enfiar a cabeça na areia para não ver aquilo que está a acontecer no País.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O País está todo parado!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Mas, Sr. Deputado, a realidade, de facto, sobrepõe-se sobretudo àquilo que o Sr. Deputado aqui veio dizer, porque a verdade é que foi, de facto, uma grande participação, uma grande

adesão, com trabalhadores do setor privado e do setor público, e é isso que vos incomoda, porque está a colocar em causa aquelas que eram as vossas pretensões, os vossos objetivos.

Vejam, passaram já mais de 10 meses desde a apresentação desta proposta e a verdade é que pela luta dos trabalhadores é cada vez mais possível derrotar o pacote laboral.

Protestos do CH e do CDS-PP.

É isso que os senhores não toleram, essa capacidade de organização e de luta por parte dos trabalhadores para defender os seus direitos, que coloca em causa os interesses que os senhores estão aqui a defender, que são os interesses, de facto, do patronato e dos grupos económicos. Basta ver todas as borlas fiscais!

Mas vou acrescentar mais uma coisa. Esta greve geral, para além de ser contra o pacote laboral —, para derrubar o pacote laboral, pela remoção das normas gravosas da legislação laboral —,…

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

… é também uma greve geral pelos serviços públicos, porque são os trabalhadores, todos os dias, que estão a defender o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública, a segurança social,…

Protestos da IL e do CDS-PP.

… serviços que os senhores estão a atacar todos os dias, quando não tomam as medidas para garantir as respostas que são necessárias às populações.

Aplausos de Deputados do PS.

Protestos do CH, da IL e do CDS-PP.

Essa é a vossa marca, é a vossa responsabilidade, porque o que este Governo está a fazer, além de atacar o direito dos trabalhadores, é a desmantelar os serviços públicos para tornar tudo um negócio à custa dos direitos dos trabalhadores.

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos à última declaração política do dia.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, vamos criar condições para a última declaração política.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há cerca de um mês, em 5 de maio, o Ministro das Finanças anunciou em Bruxelas que o Governo ia taxar os lucros extraordinários. A breve trecho, prometia.

Pois bem, passou o «breve», passou o «trecho» e a proposta não chegou.

Procurei na agenda do Conselho de Ministros; não está. Procurámos na agenda do Parlamento; não está. Não está em lado nenhum!

É o imposto-fantasma. Toda a gente o ouviu, ninguém o viu nascer.

Quando se vai à procura do seu paradeiro, encontra-se uma coisa ainda mais curiosa. O Ministro das Finanças diz que a medida está decidida; o Ministro da Economia, na mesma semana, diz que o Conselho de Ministros não viu ainda nenhum texto sobre essa matéria. Um diz que está feito; o outro diz que não existe.

Não é uma divergência de sensibilidade. São dois ministros do mesmo Governo a contar versões radicalmente diferentes sobre um documento que não existe sequer. O Governo já não fala a uma só voz; fala em estéreo e cada coluna toca uma música diferente.

Mas o melhor guardou o Ministro de Economia. Disse Castro Almeida que, se a guerra no Irão acabar, a taxa não se justificará. Deixem-me traduzir, porque isto merece tradução: o Governo está mesmo à espera que a guerra acabe para não ter de cobrar o imposto. É uma das poucas vezes na história em que o Governo torce em silêncio pela paz, não pelas vítimas mas pelo imposto que assim não terá de cobrar à banca, à grande distribuição e às elétricas. Os lucros extraordinários, esses, já foram para o bolso; a justiça fiscal, essa fica indexada ao cessar-fogo.

Srs. Deputados do PSD e do CDS, quando é que o Governo envia a proposta de imposto ao Parlamento? Ou enviou-a só para o alinhamento dos telejornais?

Enquanto o Governo espera, a conta dos portugueses não espera. A inflação está nos 3,3 % — segundo mês consecutivo acima dos 3 %. A energia subiu mais de 13 % — a maior subida desde a crise de 2022. O cabaz alimentar essencial bateu em abril o recorde de sempre: perto dos 260 €.

É isto que está do lado de cá da balança das famílias: pagar mais pela comida, pela energia, pela casa.

E do lado de lá? Do lado de lá, 2025 foi o ano dos lucros recorde. As cotadas da bolsa lucraram 5,4 mil milhões de euros — máximo histórico. A Galp, record: 1154 milhões. A EDP (Energias de Portugal), mais 44 %: 1150 milhões. A banca, só a banca, somou 5,2 mil milhões. A Sonae, dona do Continente, com vendas a bater o recorde dos 11,4 mil milhões de euros. A própria administração chamou-lhe um ano «extraordinário».

Eu não discuto a palavra, discuto a quem ela serve. Porque foi «extraordinário» no Continente, mas não na fila da caixa do Continente. Foi «extraordinário» para quem recebeu dividendos, não para quem encheu o carrinho e viu a conta subir a pique desde janeiro.

Sr.as e Srs. Deputados do PSD, a AD tem *outdoors* na rua a dizer «2 anos a trabalhar», e eu acredito. Acredito que trabalharam; só não foi no mesmo turno que a maioria dos portugueses. Trabalharam, e depressa, para aliviar 900 milhões de euros de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) para quem está a bater recordes de lucro, levando o imposto sobre os grupos milionários ao valor mais baixo da história da democracia. Para isso, não houve breve trecho nenhum. Rápido, decidido a tempo e horas, tudo certinho, direitinho.

Agora, reparem no que ficou por fazer. Veio uma guerra, dispararam os preços do combustível e, perante o cabaz alimentar no recorde de sempre, a resposta foi não fazer nada, rigorosamente nada! Quando se trata de aliviar quem lucra com a crise, há sempre pressa, há sempre solução. Quando se trata de proteger quem trabalha, há sempre uma desculpa, há sempre um amanhã, há sempre um amanhã longe de mais — é o segundo recibo destes dois anos, o pacote laboral. E é por causa dele que o País está em greve. Chamaram-lhe o «Trabalho XXI», mas o que faz é antigo: mexer em tudo e, no fim do mês, baixa o que o trabalhador leva para casa.

Num país onde se trabalha muito e se ganha pouco, o Governo encontrou maneira de fazer ganhar ainda menos. Não veio modernizar o trabalho, veio torná-lo mais barato.

Há um capítulo nesta história, creio eu, que devia envergonhar quem o escreveu. Na nova prestação social única, o Governo decidiu que pessoas com deficiência e viúvas vão ter de prestar trabalho obrigatório para manterem o apoio. Sim, trabalho obrigatório! Não remunerar, porque remuneração é salário, em troca daquilo que é um direito num Estado de direito.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Isso é mentira!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Há pior: se um familiar do agregado não cumprir as condições, corta-se o apoio. Entre os apoios que se cortam, está o das crianças.

Uma criança pode ficar sem o seu apoio porque um adulto da mesma casa falhou uma obrigação que o Estado lhe passou a impor. O Estado, que devia ser o último abrigo de uma criança, escolhe ser o primeiro a virar-lhe as costas.

Vejam o retrato completo, Sr.as e Srs. Deputados, porque é coerente do princípio ao fim. A quem tem lucros extraordinários, o Governo não aplica o imposto que prometeu há um mês; a quem tem uma deficiência, vai passar a exigir trabalho gratuito; a quem trabalha, prepara uma lei que lhe aperta o salário. À viúva, exige-se; à criança, corta-se; ao acionista multimilionário, perdoa-se.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Isto não é desorganização, não é incompetência, não é um breve trecho que se atrasou. É um projeto com método e com direção, a arquitetura de um país onde quem mais tem menos prova; e quem menos tem mais prova tem de dar de que merece o pouco que resta.

A distância entre o andar de cima e o rés-do-chão…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a cave?…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … nunca foi tão grande neste País. Nunca os lucros dos grandes grupos foram tão altos, nunca a comida foi tão cara, nunca a casa tão longe.

É por isso que lá fora o País protesta. Não por capricho, não pela véspera do feriado, mas para se fazer ouvir por quem há dois anos só escuta quem já tem voz a mais.

Aplausos de Deputados do PS.

Protestos do PSD, do CDS-PP e do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem quatro pedidos de esclarecimento e responderá em conjunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar as Sr.as e os Srs. Deputados e agradecer a intervenção do Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

Sr. Deputado, veio aqui falar de uma questão anunciada, de facto, há 28 dias, que ainda não está materializada em Conselho de Ministros, algo que será transitório. Mas é bom lembrar aqui que, também no tempo em que apoiava o Governo socialista de António Costa, fez uma geringonça e aprovou o AIMI (adicional ao imposto municipal sobre imóveis), que era para taxar os portugueses e que também era para ser transitório — mas de transitório passou a definitivo, e agora está aliado ao PSD, que não quer prescindir desse imposto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Vamos ver quem vai ser o aliado!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sobre esta taxa que quer implementar sobre os grandes lucros e lucros excessivos, e que incide sobre a energia, aqui não teve a palavra «alívio» sobre os portugueses, «alívio» sobre as famílias. E a pergunta que lhe faço é tão simples: defende que essa taxa e esses lucros que serão taxados serão para aliviar o custo dos combustíveis? Será uma questão de justiça fiscal, uma questão de justiça social, e é necessário combater as taxas que são aplicadas quando os portugueses vão aplicar e consumir o gasóleo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — E, portanto, Sr. Deputado, tenho de lhe perguntar.

Também não falou da banca. A banca também tem lucros excessivos. A banca faz parte de uma contribuição extraordinária que o Chega pôs no seu programa eleitoral. Esqueceu-se de falar neles?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora…!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Esqueci-me?!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — São mais de 5 mil milhões. A Galp, como disse, os seus lucros cresceram 41 %. Nós até achamos bem, desde que isso se reflita no bolso dos portugueses, no bolso das empresas, e não para alimentar os cargos que o senhor, como Deputado único, tem na subvenção pública. Prescinda do seu ordenado, dê um exemplo para que possa haver justiça social!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falta o casaco! Devias era estar em greve!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, eu ainda estou a tentar recompor-me desta sugestão que acabámos de ouvir, de um Deputado a outro,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ai, foi? Não estavas cá!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … para que a representação política e democrática dos portugueses nesta Câmara seja apenas, exclusivamente, prestada por quem tenha fortuna própria. Deve ser isso, porque se pretende que um Deputado, lá porque não é da cor política de quem faz a pergunta, prescinda do seu ordenado. Portanto, assim, um dia será tudo muito mais simples, que é: os Deputados que não tiverem fortuna própria não representam os portugueses e, portanto, teremos o Governo dos ricos e para os ricos.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Exatamente!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não seria a primeira vez, neste País já houve o voto censitário.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há pouco tempo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Na verdade, em boa medida, isso é que fez deste País um país em que há duas visões de economia muito diferentes que nós temos a jogo, e temo-las hoje: são aqueles que gostam do dinheiro fácil concentrado nos bolsos de alguns.

Já se chamou ouro do Brasil, já se chamou petróleo de Angola, já se chamou volfrâmio, já se chamou fundos europeus e agora chama-se turismo de massas. O turismo cresce, cresce, cresce na economia, os salários crescem muito pouco, e só crescem onde o salário mínimo aumenta por decreto. Os Srs. Deputados dizem que não aumenta por decreto, mas o único que aumenta por decreto é ainda o que vale aos trabalhadores de um setor que é dos que mais cresce.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Exatamente!

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Imobiliário de luxo que expulsa os trabalhadores do centro das cidades e depois vêm alguns dos Srs. Deputados aqui e dizem que não há o direito a morar no centro das cidades.

Depois, há também os jogos *online* e os casinos, que alguns membros do Governo conhecem muito bem, até porque trabalharam estreitamente com eles.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora…!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E quando o Livre apresenta aqui uma proposta de, ao menos, regular a publicidade a esse jogo que leva famílias à bancarrota, põem-se do lado dos fortes e dos poderosos contra essas famílias.

Aplausos do L.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mas o Chega também!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E o Chega também, evidentemente!

Há outro modelo de país, um modelo de economia de valor acrescentado, em que os trabalhadores têm a capacidade de conciliar com a vida familiar e estão presentes também no conselho de administração das empresas. Eu gostaria de perguntar ao Deputado Fabian Figueiredo…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual era a pergunta?…

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do PS.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, Saramago dizia…

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — …para não termos pressa, mas para não perdermos tempo.

Este Governo, curiosamente, faz o contrário, tem muita pressa em anunciar, mas depois, quando chega a fazer, perde imenso tempo.

É verdade, já anunciou a taxa dos lucros extraordinários há um mês e ainda está na gaveta.

Anunciou também que ia apoiar os bombeiros, as IPSS e os taxistas na crise dos combustíveis, mas estes também ainda estão à espera.

O orador exibiu um documento.

Prometeram a resposta mais rápida de sempre à tempestade Kristin, mas os municípios e as famílias também estão à espera do dinheiro.

Protestos do Deputado do PSD Fernando Queiroga.

A transformação na saúde ia chegar já num instantinho. Aliás, eram seis meses. Dois anos depois, temos menos consultas e menos cirurgias.

Em janeiro, iam contratar camas sociais às IPSS, e elas disseram: «Sim, senhor, vamos disponibilizar camas sociais.» O que aconteceu? O Governo nem lhes responde.

Na habitação, então, aprovaram em Conselho de Ministros um pacote fiscal em setembro do ano passado. Apenas o levaram ao Parlamento em janeiro. Quando é que é publicado? Só em maio. Bom, parece que a habitação, afinal, não é uma crise assim tão urgente para este Governo.

Luís Montenegro vai mesmo ter a proeza de nos pôr todos a concordar com Pedro Passos Coelho, a exigir a Luís Montenegro que se deixe de histórias da carochinha e que faça alguma coisa por este País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E a pergunta?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Srs. Deputados, apenas alguma coisa? Façam aquilo que prometem!

Aplausos do PS.

Mas, já agora, se vão fazer, tenham juízo e aprendam alguma coisa. Em vez de fazerem um pacote laboral a cortar direitos, façam um que reforce os direitos de quem trabalha. Em vez de darem borlas fiscais a rendas de 2300 €, construam habitação pública. E em vez de andarem a contar tostões na resposta à inflação, baixem os impostos sobre os combustíveis, façam o IVA zero. O IVA zero já funcionou, foi anunciado hoje na Dinamarca. Façam o IVA zero e deixem-se de teatrinhos, Srs. Deputados,…

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

… a fingir que pagam às vítimas das tempestades, a fingir que vão taxar os lucros extraordinários.

Ou será, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que vai na volta e descobrimos que é o Governo, afinal, que está em greve desde o dia em que foi eleito?

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, quero cumprimentar o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que nos trouxe um tema que é muito caro ao Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É a primeira vez!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É um tema que já foi muito debatido neste Plenário…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Já, o suficiente!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … e, portanto, seria redundante eu estar a perguntar ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Pergunta-lhe!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … qual é a definição de lucro extraordinário, como é que isso pode se definir em lei ou como é que se aplica quando os lucros são conseguidos noutras geografias ou noutros mercados,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E depois há os ordinários!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … ou até sobre a importância da estabilidade fiscal para atrairmos mais investimento. Mas isso são debates que já tivemos aqui muitas, muitas vezes.

Há outra razão também. Estamos já em fim de Plenário e eu acho que posso fazer-lhe uma pergunta um pouco mais informal, mais descontraída, talvez, sobre os seus sentimentos: como se sente, quando faz a defesa desta proposta e depois ouve o partido Chega a fazer também uma defesa acérrima dessa mesma proposta?

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Que vem do Governo!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Exatamente!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Portanto, a pergunta é esta: como é que se sente quando defende exatamente as mesmas taxações aos lucros das empresas que o partido Chega?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Eduardo Teixeira, aproveito a pergunta que lhe faço e que serve também, em parte, de interpelação à Mesa. Pergunto-lhe se o sistema sonoro desse lado do Hemiciclo está a funcionar; se ouviu a minha intervenção ou se tinha escrito a sua pergunta, porventura, hoje de manhã ou na semana passada. Eu sei que os factos, para a bancada que agora integra, são irrelevantes.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Irrelevante és tu!…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por isso, diz o contrário, mesmo que eu tenha dito o oposto na minha intervenção, pois terá certamente ouvido dizer que era preciso taxar os lucros extraordinários da banca.

Deixo-lhe uma pergunta: se o Governo não avançar com o imposto sobre lucros extraordinários, o Chega votará a favor de uma proposta que venha à Assembleia da República para que o Estado português honre a palavra que o Sr. Ministro das Finanças deu em Bruxelas, garantindo que esta crise não é só paga pelos portugueses comuns, e que as empresas que lucram com a crise energética também dão o seu contributo para baixarmos o IVA, para baixarmos o preço dos alimentos, para baixarmos o preço do combustível? Eu verei como é que funciona a tômbola de ideias do Chega nessa altura!

Aliás, o Sr. Deputado Eduardo Teixeira referiu-se ao imposto sobre imobiliário de luxo.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Não! Mortágua! Mortágua!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Aliás, foi uma altura em que, creio, o Sr. Deputado tinha a mesma posição que tinha o Sr. Deputado Luís Montenegro, porque creio que era do PSD, na altura. Portanto, também era contra. Em 2022, achava que não se registavam lucros extraordinários. Evoluiu desse ponto de vista. Veremos, quando o debate vier à Assembleia da República, para que lado é que o Chega está virado:…

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Está a olhar ao contrário!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … se temos o Chega que quer taxar lucros extraordinários, se temos o Chega que quer dar borlas milionárias, porque nunca se sabe. Depende do Deputado, depende do dia em que se encontra o Sr. Deputado André Ventura, depende da empresa de sondagens, depende da ideia que tenha outro partido qualquer de extrema-direita. Enfim, o algoritmo mais dinâmico da República Portuguesa é o Chega. Sabe, é coerente: diz tudo e o seu contrário. Nunca se sabe se hoje é dia de 8 ou dia de 80, mas essa dinâmica é sempre previsível.

Protestos do CH.

Sr. Deputado Miguel Costa Matos, uma coisa é certa: em matéria de justiça fiscal, o Governo está em greve.

Em relação ao imposto sobre lucros extraordinários, creio, usando a mesma imagem, que é só fumaça até ver, porque PSD e CDS, interpelados, remeteram-se ao silêncio. Não sei se a proposta está na gaveta do Sr. Ministro das Finanças, que é a favor, ou do Sr. Ministro da Economia, que é contra. Infelizmente, nem PSD nem CDS partilharam com a Câmara qual a sua opinião. Esperemos que, no decorrer dos próximos dias, possam vir esclarecer os portugueses, porque isso é-lhes devido.

Sr. Deputado Rui Tavares, nós estaremos sempre do lado da democracia, da democracia na economia — garantir que Portugal é um país justo e solidário para toda a gente, sobretudo para quem o põe a funcionar todos os dias, que são os trabalhadores.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Batam palmas! Está sozinho!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegamos assim ao fim deste ponto da ordem de trabalhos.

Passamos ao segundo ponto, que é a Proposta de Resolução n.º 15/XVII/1.ª (GOV) — Aprova a Convenção da Organização Internacional do Trabalho n.º 185, que procede à revisão da Convenção sobre os Documentos de Identificação Nacionais dos Marítimos, sem tempos para debate, de maneira que está já resolvida.

Passamos ao terceiro ponto, que são as votações. Queria pedir aos serviços o favor de abrirem a verificação do quórum.

Pausa.

Algum dos Srs. Deputados não conseguiu registar-se?

O Sr. Deputado Eduardo Teixeira e a Sr.ª Deputada Rita Matias.

Aos Srs. Deputados que não conseguiram registar-se, que são vários, peço o favor de se levantarem e dizerem o nome.

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Dália Miranda, do Partido Socialista.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Tiago Barbosa Ribeiro.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Mesa tem a informação de que um dos Srs. Deputados do Livre, que está *online*, não conseguiu registar-se, e preciso do nome.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não se registam, perdem o lugar!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — É o Sr. Deputado Jorge Pinto.

O Sr. Deputado Luís Dias também está presente.

Srs. Deputados, vamos então encerrar a verificação do quórum e proceder às votações.

Vamos começar com o Projeto de Voto n.º 593/XVII/1.ª (PS) — De pesar pelo falecimento de Manuel Carrilho Bugalho e, para o ler, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Lima.

A Sr.ª **Secretária da Mesa** (Joana Lima): — Sr. Presidente, passo a ler o projeto de voto: «Faleceu, a 13 de maio de 2026, Manuel Carrilho Bugalho, natural da Escusa, concelho de Marvão, onde nasceu a 21 de outubro de 1936.

Manuel Carrilho Bugalho dedicou a sua vida ao serviço público e à intervenção comunitária. Estudou filosofia e teologia nos seminários da Diocese de Portalegre e Castelo Branco, tendo sido ordenado sacerdote em 1960.

Nos primeiros anos da sua vida ativa, exerceu funções ligadas à Igreja Católica, nomeadamente como secretário de D. Agostinho de Moura, professor do Liceu de Castelo Branco e responsável pela pastoral juvenil e pelo escutismo, prosseguindo ainda estudos na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, onde se licenciou em teologia. Em 1973, foi dispensado da vida sacerdotal, iniciando posteriormente um percurso profissional ligado à administração pública e à intervenção social.

Depois de ter iniciado funções na Imprensa Nacional – Casa da Moeda e, posteriormente, no Ministério da Segurança Social, onde exerceu cargos de responsabilidade nas áreas da formação, administração e recursos humanos, assumiu em 1995 a direção da área de segurança social do Centro Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Foi, contudo, na vida autárquica que deixou uma marca particularmente relevante, ao exercer funções como Presidente da Câmara Municipal de Marvão entre 1998 e 2005, período em que trabalhou em prol do desenvolvimento do concelho, da valorização do território e da melhoria das condições de vida das populações.

Manuel Carrilho Bugalho deixa um legado de compromisso com a sua terra e com o Alto Alentejo.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuel Carrilho Bugalho, endereçando à sua família, amigos e ao Município de Marvão as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Vamos, então, votar a parte deliberativa.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Tendo sido obtida a anuência de todos os grupos parlamentares, é acrescentado, ao rol de votações, o Projeto de Voto n.º 601/XVII/1.ª (PAR) — De congratulação pela eleição de Portugal para membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (biénio 2027-2028), que tem o seguinte teor:

«No dia 3 de junho de 2026, a Assembleia Geral das Nações Unidas elegeu Portugal como membro não permanente do Conselho de Segurança para o biénio 2027-2028.

Portugal foi eleito logo na primeira volta, com 143 votos favoráveis, numa votação por escrutínio secreto dos 193 Estados-membros, superando as candidaturas da Alemanha e da Áustria na disputa pelos dois lugares atribuídos ao Grupo da Europa Ocidental e Outros Estados.

Esta é a quarta vez que Portugal integra o principal órgão das Nações Unidas responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, depois dos mandatos de 1979-1980, 1997-1998 e 2011-2012, mas é a primeira vez que o nosso País consegue a eleição logo na primeira ronda, um resultado sem precedentes na história diplomática nacional.

A candidatura portuguesa, formalizada em 2013 e desenvolvida ao longo de mais de uma década, assentou num programa de três pilares —Prevenção, Parceria e Proteção —, traduzindo uma diplomacia preventiva, vocacionada para a construção de pontes entre continentes e para a proteção das populações e ancorada na tradição universalista de Portugal e na sua reconhecida capacidade de *soft power*.

Este êxito é fruto de um esforço de Estado, que mobilizou sucessivos Governos, Presidentes da República e toda a rede diplomática nacional, e que conheceu a sua fase decisiva sob a condução do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, cuja ação determinada e mobilização internacional foram essenciais para o reconhecimento alcançado.

A eleição constitui o reconhecimento internacional da credibilidade, do prestígio e da coerência da política externa portuguesa.

Com este mandato, Portugal assume uma acrescida responsabilidade na defesa do multilateralismo, da Carta das Nações Unidas, do direito internacional e da resolução pacífica de conflitos, num momento particularmente exigente para as Nações Unidas e para a ordem internacional.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, nos termos regimentais aplicáveis, delibera:

1. Congratular-se com a eleição de Portugal para membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biénio 2027-2028, alcançada à primeira volta e com expressivo apoio internacional;

2. Saudar o Governo de Portugal e, em particular, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, pela condução da fase decisiva da campanha diplomática;

3. Reconhecer o trabalho de Estado desenvolvido ao longo de mais de uma década, por sucessivos Governos, pelos Presidentes da República e por toda a rede diplomática portuguesa;

4. Manifestar a confiança de que Portugal saberá honrar este mandato ao serviço da paz e da segurança internacionais, fiel ao programa de Prevenção, Parceria e Proteção que norteou a sua candidatura.»

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata assinam todos, e pergunto aos restantes grupos parlamentares se algum se quer associar a este voto.

Pausa.

O Chega dá anuência. O CDS também?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, se me permitir, eu penso que o CDS é subscritor do voto.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Desculpe, tomo a sua nota por boa, mas não está no documento. Mas acrescento…

Risos de Deputados do CH e do PS.

A palavra de um homem vale pelo menos tanto quanto a sua assinatura. Portanto, dou a sua por boa.
A Iniciativa Liberal associa-se?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Recebemos agora a indicação de que o PAR (Presidente da Assembleia da República) assume a elaboração deste voto. Portanto, o voto é assinado pelo PAR.
Então, passamos a votar o Projeto de Voto n.º 601/XVII/1.ª (PAR) — De congratulação pela eleição de Portugal para membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (biénio 2027-2028), que acabou de ser lido.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Para anunciar uma declaração de voto escrita sobre esta votação, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fica registado, Sr. Deputado.
Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é também para anunciar uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fica registado, Sr.ª Deputada.
O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra para o mesmo efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, para o mesmo efeito, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fica registado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado Rodrigo Saraiva pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Para o mesmo efeito, para anunciar uma declaração de voto do Grupo Parlamentar da IL, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Está resolvido o problema.
Passemos ao problema seguinte: vamos votar o Projeto de Resolução n.º 1027…

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, o dia vai longo. A votação tem de decorrer — são 11 páginas de guião de votações —, vamos tentar ser colaborantes uns com os outros.

Votamos então o Projeto de Resolução n.º 1027/XVII/1.ª (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, IP.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Seguimos com a votação do Inquérito Parlamentar n.º 7/XVII/1.ª (CH) — Comissão eventual de inquérito parlamentar para avaliação da intervenção e eventual responsabilidade de membros do XXIII Governo Constitucional e de outros titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos, com referência aos factos investigados no âmbito da Operação *Influencer.*

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L e do BE, o voto a favor do CH e as abstenções da IL, do PCP, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, peço desculpa, estamos em votação! Se não se importam, respeitem este momento, que requer alguma atenção.

Passamos à votação do Inquérito Parlamentar n.º 8/XVII/1.ª (PCP) — Inquérito parlamentar à decisão do Governo português de se envolver na agressão militar dos EUA e Israel ao Irão, com as suas consequências.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e a abstenção do JPP.

Segue-se a votação do Inquérito Parlamentar n.º 9/XVII/1.ª (BE) — Inquérito parlamentar à cedência de utilização da Base Aérea n.º 4 das Lajes e do espaço aéreo nacional, no apoio logístico à operação militar conduzida pelos Estados Unidos da América e por Israel contra o Irão.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Votamos agora, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 69/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a criar Processo Especial de Venda de Coisa Imóvel Indivisa e a alterar o Código Civil e o Código de Processo Civil.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do CH, do PAN e do JPP.

A iniciativa baixa à 1.ª Comissão.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 625/XVII/1.ª (L) — Alarga a competência dos julgados de paz aos processos de partilha em caso de herança indivisa.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL, do PCP e do CDS-PP, o voto a favor do L e as abstenções do BE, do PAN e do JPP.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 631/XVII/1.ª (IL) — Estabelece a possibilidade de definição do cabeça-de-casal por maioria das partes de herança.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PCP e do PAN e as abstenções do CH, do PS, do L, do BE e do JPP.

Este projeto de lei baixa à 1.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 78/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a rever o Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, que estabelece o regime aplicável às contraordenações aeronáuticas civis.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do PAN e as abstenções do PCP, do BE e do JPP.

A proposta de lei baixa à 14.ª Comissão.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 626/XVII/1.ª (L) — Agrava as coimas aplicáveis às contraordenações aeronáuticas civis e proíbe os voos noturnos.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Temos agora para votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 266/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas pelo reconhecimento dos direitos dos doentes portadores de fibromialgia.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do L, do PCP e do CDS-PP.

A iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 983/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a avaliação da implementação da norma da Direção-Geral da Saúde sobre fibromialgia e a adoção de uma estratégia nacional para a resposta clínica, funcional, laboral e social às pessoas com fibromialgia.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Este projeto baixa à 9.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 985/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo medidas de reconhecimento, sensibilização e melhoria da resposta às pessoas com fibromialgia.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O projeto baixa à 9.ª Comissão.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 989/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para reforçar a resposta pública dirigida às pessoas com fibromialgia, garantindo acesso a cuidados de saúde, proteção social e a respostas adequadas de inclusão e proteção social.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

A iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 996/XVII/1.ª (L) — Recomenda o estudo da fibromialgia e a adoção de medidas destinadas a pessoas com fibromialgia.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

Vamos proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 998/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a fibromialgia e para a encefalomielite miálgica.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

A iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1000/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reconhecimento da fibromialgia como doença crónica.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Baixa à 9.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1001/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que sejam implementadas medidas para proteger e apoiar as pessoas com fibromialgia.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

A iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 1003/XVII/1.ª (PS) — Pelo reforço das respostas à fibromialgia e pela melhoria do acompanhamento das pessoas afetadas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

O projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

Prosseguimos agora para a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 118/XVII/1.ª (CH) — Procede ao alargamento da isenção de IMT prevista no Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do CH e da IL e as abstenções do PAN e do JPP.

Seguidamente, temos para votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 633/XVII/1.ª (BE) — Promoção de verdadeiras rendas moderadas (altera o Decreto-Lei n.º 97/2026, de 30 de maio de 2026).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 219/XVII/1.ª (L) — Recomenda a realização urgente do levantamento exaustivo das famílias em situação de vulnerabilidade habitacional.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL e do PCP.

Vamos proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 987/XVII/1.ª (IL) — Recomenda a criação de um regime de cedência de imóveis devolutos do Estado para valorização e arrendamento.

Quem vota contra?

Pausa.

O Bloco de Esquerda, o Livre, o PCP e o PS.
Quem se abstém?

Pausa.

O PAN, o PSD e o CDS.
Quem vota a favor?

Pausa.

O Chega, a Iniciativa Liberal e o JPP.

Pausa.

É aprovado, com os votos favoráveis do Chega, da Iniciativa Liberal e do JPP…
O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra, faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O voto do Chega é abstenção, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ah, é abstenção. Então, nesse caso não é aprovado.
O Sr. Deputado Hugo Soares pediu a palavra, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O voto do PSD é a favor.

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, nesse caso é aprovado.
Srs. Deputados, só para que bata tudo certo…

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, peço silêncio.
É aprovado, com os votos favoráveis…

Burburinho na Sala.

Eu tenho presente a votação, mas se os Srs. Deputados querem repetir a votação, para não haver lugar a confusões, é melhor então repetir.

Vamos lá então concentrar-nos e votar o Projeto de Resolução n.º 987/XVII/1.ª (IL) — Recomenda a criação de um regime de cedência de imóveis devolutos do Estado para valorização e arrendamento.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do PS, do L, do PCP e do BE e as abstenções do CH e do PAN.

Esta iniciativa baixa à 14.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 988/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um programa nacional de levantamento, transferência e reabilitação de património público habitacional devoluto, com prioridade aos bairros do Estado abandonados.

Submetido à votação, foi aprovado, com o voto a favor do CH, o voto contra da IL e as abstenções do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP.

A iniciativa baixa à 14.ª Comissão.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, estamos a votar! Srs. Deputados, repito, estamos a votar. Peço concentração e silêncio neste momento.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 990/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para garantir o direito à habitação e a disponibilização do património público devoluto para fins habitacionais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 14.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 997/XVII/1.ª (L) — Recomenda a afetação de património devoluto do Estado para o parque público de habitação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Passamos a votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 999/XVII/1.ª (PCP) — Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP e do BE e as abstenções do PAN e do JPP.

O Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, é para alterar um sentido de voto.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, relativamente ao Projeto de Resolução n.º 988/XVII/1.ª, do Chega o sentido de voto da Iniciativa Liberal é abstenção.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fica registado que, no Projeto de Resolução n.º 988/XVII/1.ª, do Chega, o sentido de voto da Iniciativa Liberal é abstenção. Mantém-se o sentido final da votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é também para alterar, no Projeto de Resolução n.º 988/XVII/1.ª, do Chega, o sentido de voto do CDS-PP de abstenção para voto a favor.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Está feita a alteração, que não muda o resultado da votação.

Vamos passar à votação global da Proposta de Resolução n.º 15/XVII/1.ª (GOV) — Aprova a Convenção da Organização Internacional do Trabalho n.º 185, que procede à revisão da Convenção sobre os Documentos de Identificação Nacionais dos Marítimos (revista), feito em Bruxelas, em 21 de novembro de 2025.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, creio que podemos proceder à votação conjunta, na generalidade, na especialidade e em votação final global, do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Lei n.º 130/XVII/1.ª…

A Sr.ª Deputada Paula Santos pediu a palavra, faça favor

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, a votação na especialidade é a assunção da votação que foi feita em Comissão.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, faremos as votações em conjunto. Certo?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não, Sr. Presidente.

Nós, na especialidade, estamos a assumir a votação que foi feita na Comissão — é o que está aqui proposto — e, portanto, creio que não pode ser uma votação conjunta.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Penso que tem razão, Sr.ª Deputada.

Vamos, então, fazer as votações separadamente, normalmente os atalhos dão mau resultado.

Vamos então votar, na generalidade, o texto do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Lei n.º 130/XVII/1.ª (PAN) — Prevê a criação de um plano nacional de busca, salvamento e socorro animal integrado na resposta a catástrofes, bem como de equipas e infraestruturas para a sua operacionalização no âmbito da proteção civil.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções da IL, do PCP e do CDS-PP.

Vamos agora votar, na especialidade, a assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na Comissão do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Lei n.º 130/XVII/1.ª.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções da IL e do CDS-PP.

Vamos proceder à votação final global do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Lei n.º 130/XVII/1.ª.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções da IL, do PCP e do CDS-PP.

Aplausos do PAN.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 53/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/977, relativa ao intercâmbio de informações entre as autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros, e a Diretiva (UE) 2023/2123, que altera a Decisão 2005/671/JAI do Conselho no que diz respeito à sua harmonização com as regras da União em matéria de proteção de dados pessoais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, o voto contra do PCP e as abstenções do CH, do L, do BE, do PAN e do JPP.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 967/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para a salvaguarda, conservação, valorização e dinamização do conjunto constituído pela Igreja, antigo Convento de São Francisco e Fábrica Robinson, em Portalegre, incluindo o seu património industrial, edificado, documental, imaterial e móvel integrado.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL, do L e do PCP.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 432/XVII/1.ª (L) — Recomenda a valorização da carreira de inspetor da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 433/XVII/1.ª (L) — Recomenda transparência, equidade e estabilidade nos avisos para atribuição de apoios para programas de bem-estar animal.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Vamos passar à votação final do Projeto de Resolução n.º 820/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a criação de um apoio excecional de recuperação dos rendimentos dos profissionais da pesca.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE e do JPP e as abstenções do PSD do CH, da IL, do CDS-PP e do PAN.

Vamos passar à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 833/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que incentive a transição para uma agricultura mais sustentável e resiliente.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do BE e do JPP e as abstenções do PSD, da IL, do PCP, do CDS-PP e do PAN.

Vamos passar à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 928/XVII/1.ª (L) — Recomenda a adoção de medidas proteção e de controlo de população aos animais errantes e de companhia.

Quem vota contra?

Pausa.

O CDS, a Iniciativa Liberal e o PS.

Quem se abstém?

Pausa.

O PSD, O JPP, o Livre e o PCP.

Quem vota a favor?

Pausa.

Sr. Deputado Pedro Pinto, ficámos sem saber o seu sentido de voto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a favor.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A favor.

Pausa.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria só pedir uma clarificação. Acabámos de votar o Projeto de Resolução n.º 928/XVII/1.ª?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sim, Sr.ª Deputada.

Vamos repetir a votação. Os Srs. Deputados vão ter de fazer sinal do sentido de votação, senão torna-se difícil. O poder de adivinhação tem limitações.

Portanto, vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 928/XVII/1.ª (L) — Recomenda a adoção de medidas proteção e de controlo de população aos animais errantes e de companhia.

Quem vota contra?

Pausa.

O CDS, a Iniciativa Liberal e o PS.

Quem se abstém?

Pausa.

O PCP e o PSD.

Quem vota a favor?

Pausa.

O Chega, o PAN, o JPP, o Livre e o Bloco de Esquerda.

Pausa.

A iniciativa foi aprovada, com os votos contra do CDS-PP, da Iniciativa Liberal e do PS, as abstenções do PCP e do PSD e os votos favoráveis das restantes bancadas.

O Sr. Deputado Hugo Soares está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, sobre esta última votação, queria apenas pedir à Mesa que se certificasse de que está a anunciar o resultado correto.

Não é por nada, mas costumo confiar no Deputado Almiro Moreira, que me está a dizer que a votação dá um empate, portanto…

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, a Mesa vai fazer as contas, sendo que as primeiras diziam que sim.

Pausa.

Como não podia deixar de ser, o Sr. Deputado Almiro Moreira tem razão. É um empate e, portanto, está reprovado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Bom, não é em vão que o Sr. Deputado Almiro Moreira trabalha no Instituto Nacional de Estatística.

Pausa.

Srs. Deputados, parece que temos de repetir a votação. Só se o empate persistir é que o texto é rejeitado.

Vamos então votar novamente, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 928/XVII/1.ª (L).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Portanto, desta vez o texto final foi rejeitado, porque o PSD mudou o sentido de voto.

Passamos agora à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 764/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que realize anualmente uma campanha nacional de sensibilização para o não acorrentamento de cães.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções da IL, do L e do PCP.

Prosseguimos para a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 936/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reforce os apoios ao setor agrícola para minimizar os impactos causados pelo conflito no Médio Oriente.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do CDS-PP, do BE e do JPP, o voto contra do PCP e as abstenções da IL e do PAN.

Por último, vamos proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 482/XVII/1.ª (PAN) — Inclui a proteção e o socorro de animais nas medidas de resposta a incêndios rurais, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, da IL e do PCP.

Srs. Deputados, chegámos ao fim da nossa sessão.

A Assembleia volta a reunir no dia 11 de junho, quinta-feira. A ordem do dia terá início às 14 horas e julgo que estará afixada nos suportes institucionais da Assembleia da República. Preparem-se, Srs. Deputados, porque é uma ordem do dia bastante longa, que começa cedo e acaba tarde.

Muito bom feriado, Srs. Deputados.

Eram 19 horas e 3 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Nota: *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do PS Eurico Brilhante Dias, pelo Deputado da IL Rodrigo Saraiva, pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes e pelo Deputado do BE Fabian Figueiredo não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.